

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STEFANNY OFFICIATI DE LIMA

**A ORIENTALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB A
PERSPECTIVA DO FENÔMENO CHINÊS**

JOÃO PESSOA

2022

STEFANNY OFFICIATI DE LIMA

**A ORIENTALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB A
PERSPECTIVA DO FENÔMENO CHINÊS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Túlio Sérgio Henriques Ferreira

JOÃO PESSOA
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732o Lima, Stefanny Officiati de.

A orientalização da Política Externa Brasileira sob a perspectiva do fenômeno chinês / Stefanny Officiati de Lima. - João Pessoa, 2022.
57 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política Externa. 2. Brasil. 3. China. 4. Relações internacionais. I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

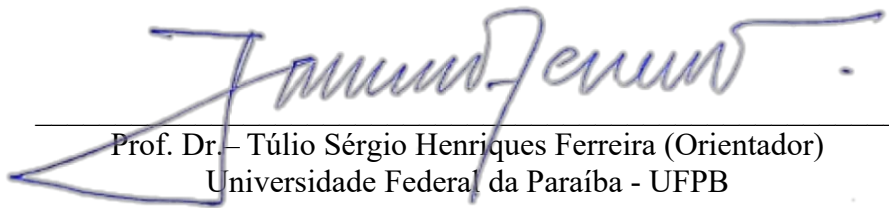
STEFANNY OFFICIATI DE LIMA

**ESTARIA HAVENDO UMA ORIENTALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA NO SÉCULO XXI?**

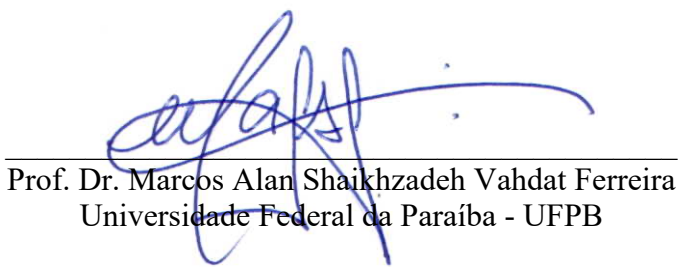
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovada em, 15 de junho de 2022

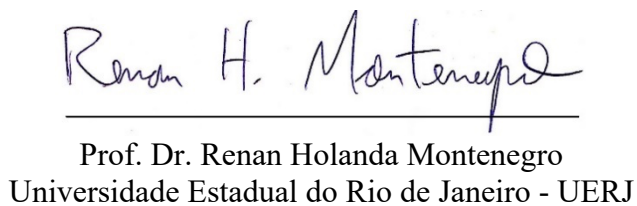
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Renan Holanda Montenegro
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

RESUMO

Ao avaliar o século XXI é possível identificar um esforço da Política Externa do Brasil (PEB) na diversificação de suas parcerias internacionais e a busca de uma melhor posição internacional através da projeção de poder. Simultaneamente, a China se torna a maior parceira comercial do Brasil e destaca sua projeção assertiva no Sistema Internacional. Sob a hipótese de que estaria havendo uma orientalização da PEB, instigada pelo adensamento das relações sino-brasileiras nesse período, o trabalho tem como objetivo averiguar essa aproximação, através da análise de posicionamento do comportamento da PEB, considerando principalmente as variáveis sistêmicas, e em um segundo momento, as culturais, de investimento e fluxo comercial. O trabalho procura entender também como a luta pelo poder entre os grupos de interesse se sucedeu dentro do Estado brasileiro e quem são esses principais grupos que usufruem da presença chinesa no Brasil. Para isso, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de obras que abordam o tema em questão, bem como o levantamento de dados quantitativos e o apoio das reflexões de Análise de Política Externa. Foi possível constatar que o maior envolvimento em assuntos e organizações internacionais de países como Brasil e China, no século XXI, possibilitaram um aumento das relações Sul-Sul, através de parcerias estratégicas tanto em nível bilateral como no nível multilateral. As conclusões verossímeis são de que de fato o Brasil tomou diversas decisões que fortalecessem a proximidade com a China, pois, existem diversos grupos que encontram nessa parceria fartas oportunidades. No entanto, a orientalização da PEB não instiga, necessariamente, um afastamento com o eixo ocidental, e também não está isenta de desafios, uma vez que foi possível identificar também, como a parceria pode destacar adversidades domésticas do Brasil.

Palavras Chaves: Política Externa Brasileira. Orientalização. China.

ABSTRACT

When evaluating the 21st century, it is possible to identify an effort by the Brazilian Foreign Policy (BFP) to the diversification of its international partnerships and the pursuit for a better international position through the projection of power. At the same time, China becomes Brazil's biggest trading partner and highlights its assertive projection in the International System. Under the hypothesis that there was an orientalization of the BFP, instigated by the consolidation of Sino-Brazilian relations in this period, the purpose of this work is to investigate this approximation, through the analysis of the positioning of the BFP, mainly considering the systemic variables, and, in a second momento, the cultural, investment and trade flow. The work also seeks to understand how the struggle for power between groups of interest took place within the Brazilian state and which are the main groups that benefit from the Chinese presence in Brazil. For this, the method used was the bibliographic research of writings that address the issue, as well as the collection of quantitative data and the support of the Foreign Policy Analysis reflections. It was possible to verify that the greater involvement in international matters and organizations of countries such as Brazil and China, in the 21st century, made possible an increase in South-South relations, through both strategic partners at both the bilateral and the multilateral. The credible conclusions are that, in fact, Brazil took several decisions that strengthened its proximity to China, since there are several groups that find abundant opportunities in this partnership. However, the orientalization of the BFP does not necessarily instigate an avoidance of the western axis, and it also takes place not without challenges, since it was possible to identify how the partnership can also highlight domestic adversities in Brazil.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Orientalization. China

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução das exportações do Brasil para a China e parceiros comerciais selecionados (US\$ Bilhões)	36
Gráfico 2: Evolução dos principais destinos das exportações do Brasil (Em % considerando o valor dos embarques).....	36
Gráfico 3: Fluxo de investimentos Chineses no Brasil (US\$ Bilhões).....	40
Gráfico 4: Divisão Setorial dos investimentos Chineses no Brasil, 2007 – 2020.....	40

LISTA DE ABREVIACÕES

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil
ALCA - Área de Livre-Comércio das Américas
ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático
CEBC - Conselho Empresarial Brasil – China
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIDH-OEA - Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
COSBAN - Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
FAO - Food and Agriculture Organization - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PCC - Partido Comunista Chinês
PEB - Política Externa Brasileira
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNASUL - A União de Nações Sul-Americanas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	09
1	A FORÇA DA CHINA.....	14
1.1	Panorama histórico chinês.....	14
1.2	Abriram-se as portas para a China: o proeminente país e a OMC.....	15
1.3	Reinserção internacional asiática: alterações e perspectivas no cenário internacional.....	18
2	PANORAMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	25
2.1	Contexto histórico.....	25
2.2	Adensamento das relações sino-brasileiras	34
2.3	O governo que coleciona ataques à China.....	43
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

INTRODUÇÃO

Analizando a Política Externa do Brasil nas primeiras décadas do século XXI, é possível constatar um comprometimento com a continuidade da diversificação de suas parcerias internacionais. Neste mesmo momento, a China evidencia seu potencial para além do contexto asiático e conquista, no Sistema Internacional¹, um espaço que não pode ser suprimido. Ambos os países procuram perseverar o fortalecimento das cooperações Sul-Sul², sendo assim, a ascensão econômica chinesa, sincronizada com os interesses brasileiros, sugere o aprofundamento nas relações sino-brasileiras no século XXI (CEPAL, 2021).

A China é protagonista de um crescimento econômico extraordinário, e atualmente, disputa mercados e vínculos especiais com países que antes viam os Estados Unidos como parceiro primordial. Em 2009, os chineses romperam um ciclo de 79 anos dos norte-americanos como maior importador de produtos brasileiros. Desde que desbancaram os EUA nesse sentido, movimentam valores cada vez maiores de investimentos estrangeiros diretos no Brasil e também se consolidaram como maior parceiro comercial do país (MOREIRA JÚNIOR, 2020).

A relevância chinesa instiga uma necessidade de ajuste da Política Externa Brasileira (PEB), a qual tradicionalmente, tende a oscilar “entre o americanismo e o globalismo” (FORMAN; MYERS, 2016, p.13). Inspirada pelo seu caráter histórico de Estado, que preza pelo pragmatismo político, mas que também requer forças estrangeiras, especialmente de grandes potências, para financiar seu progresso, será ponderado como o Brasil têm conciliado sua barganha nacionalista.

A PEB é uma ferramenta de defesa dos principais interesses do país. No caso brasileiro, pode ser vista também como instrumento para o desenvolvimento socioeconômico (LYRIO; PONTES, 2016). Sendo assim, será investigado quais foram as estratégias da PEB diante da ascensão da Ásia no século XXI, tendo em vista que a parceria bilateral com a China movimenta grupos dentro do Estado que estão interessados nas benfeitorias que a relação pode trazer.

Para esse trabalho, entende-se como orientalização as influências e impactos culturais, intelectuais e econômicos do Oriente para além de sua região. Usamos como inspiração a

¹ É caracterizado pela não existência de um Governo central mundial, e sim, que o é composto por Estados soberanos, política e territorialmente constituídos, que buscam maximizar seus interesses de forma legítima (JUBRAN et al, 2015).

² A cooperação Sul-Sul é o processo de articulação política e de intercâmbio econômico, científico, tecnológico, cultural e em outras áreas entre países em desenvolvimento, para fins de promover o desenvolvimento.

visão de Rachman (2016), a qual identifica o crescente poder econômico da Ásia, principalmente pelo forte papel desempenhado pela China, como fenômeno que exige reajustes mundiais.

Cabe ressaltar que, entende-se que para que o fenômeno da orientalização da política externa de um país seja verdade, não é obrigatoriamente realidade que esteja havendo simultaneamente um afastamento das agendas, relações diplomáticas e econômicas com o ocidente.

Neste trabalho, identificaremos a orientalização através da variável sistêmica de reinserção da China como potência econômica mundial e consideraremos os esforços que os tomadores de decisões tiveram para estreitar a parceria do Brasil com a China.

Sob o pano de fundo da análise da atuação contemporânea desses dois atores, o que se tem em mente é que a China ocupava o centro de sua própria ordem hierárquica, consolidada como Império Chinês desde a unificação da Dinastia Qin (221 a.C.) e remete à um território relativamente organizado, de população filosoficamente instruída pelos pensamentos confucionistas e que desenvolvia sua própria versão de excelência e de progresso técnico. Kissinger (2011) explica que os chineses seguiram um caminho diferente das expedições europeias, uma vez que prezavam por ampliar o reconhecimento de sua soberania ao contrário de subjugar populações estrangeiras.

Já o Brasil, através da narrativa convencional, a qual considera a relevância do país para história com a chegada dos portugueses em seu território, passou a ser palco de uma criação de fora para dentro, uma vez que “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 1986, p. 5). Sendo assim, o interesse comercial europeu trouxe um “relativo desprezo por estes territórios primitivos e vazios que formam a América”. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 15).”

Sob esse contexto, é possível notar que:

(...) os dois Estados não tiveram qualquer participação na criação do “sistema interestatal capitalista”, mas sim foram integrados a ele de maneira forçada, e como se sabe, a um altíssimo custo. China e Brasil tornaram-se membros de fato desse sistema de forma tardia, quando as potências europeias, os Estados Unidos e o Japão já gozavam de avançados aparatos militares, econômicos e tecnológicos (LIMA, 2021, p.8).

No século XIX, o Brasil protagonizou a libertação de suas amarras com a metrópole (Portugal) e formalizou sua independência. Em contrapartida, os chineses se referem ao período como “século da humilhação”, uma vez que após anos de isolamento, a China sofreu

muito com a 1ª Guerra do Ópio³ e a assinatura do Tratado de Nanquim⁴. Ainda que protagonizem trajetórias intensivamente distintas, os dois países enfrentaram – e continuam enfrentando “constrangimentos similares no que diz respeito à inserção tardia no capitalismo global, mesmo com as circunstâncias particulares ao nível doméstico e regional (LIMA, 2021, p.11).”

É sob esse contexto que foi analisado o espaço ocupado pela China na agenda da PEB do século XXI. A aproximação e construção de relações dos dois países exigem tomadas de decisões multiníveis dentro de um Estado, entidade esta que não é impermeável⁵ e sempre unificada. Suas ações são realizadas pelos que atuam em nome do Estado, por isso, o Estado é seu órgão decisório (SNYDER, 1963, p. 194). Dessa forma, o trabalho empenha-se em entender como a luta de poderes entre os grupos de interesse se sucedeu dentro do Estado brasileiro e quem são esses principais grupos, arrumando que houve uma orientalização da PEB nos últimos anos.

Em 11 de dezembro de 2001, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio foi um marco para as Relações Internacionais. A reconfiguração da geopolítica mundial pela via econômica de tal fato histórico definiu-se como marco teórico para o referido trabalho até 2022. Serão elucidados os desafios que a China apresenta à configuração hegemônica⁶ dos Estados Unidos pós-guerra Fria, principalmente a partir deste marco, investigando como o Brasil tem reagido diante dessas circunstâncias.

No que diz respeito à metodologia, será realizada uma pesquisa bibliográfica baseada na obra de autores pertinentes ao tema em questão, no sentido de investigar na literatura histórica elementos que justifiquem as motivações da metamorfose do cenário internacional.

O campo de estudos da Análise de Política Externa⁷ permite identificar, tanto em nível sistêmico quanto interno, como as forças se movimentam para reagir aos acontecimentos. Esses aspectos serão instigados para que seja possível identificar quem são os grupos de interesse brasileiros e como as forças internas se conjugam, analisando também, a trajetória histórica dos Estados e a atuação de atores específicos.

Com o compromisso de perseguir explicações multicausais e em vários níveis de análises, o trabalho recorre à bibliografia qualitativa e quantitativa, através da literatura e de

³ Conflito armado em território chinês entre 1839-1842 foi travado entre a China e a Grã-Bretanha.

⁴ Tratado entre a Grã-Bretanha e a China que encerrou a primeira Guerra do Ópio, travada entre 1839 e 1842.

⁵ (HUDSON, DAY, 2019).

⁶ Significa avaliar os Estados como unidades competitivas, como também a configuração das forças políticas no âmbito interno das formações nacionais (MATHIAS, 2015).

⁷ Procura explicar a política externa considerando suas influências, contextos, impacto dos tomadores de decisão e processo decisório (SALOMÓN, PINHEIRO, 2013).

dados de diferentes fontes sobre o tema que justifiquem as motivações da adaptação do cenário internacional. Serão abordados como e por que estaria havendo uma orientalização da PEB.

Em seguida, serão elucidados novos desafios, problemas, oportunidades e benefícios do advento de aproximação do eixo oriental-asiático, explorados de um ponto de vista sistemático através do conjunto empírico e contribuição de diversos pensadores contemporâneos.

A fim de entender melhor as perspectivas desse cenário pragmático, serão apresentados os principais conceitos sob os quais o tema se envolve em dois capítulos. O primeiro dedica-se à Ascensão da China, sintetizando a história chinesa, destacando as motivações para suas reformas, as quais tornaram possível a projeção internacional do país no século XXI. Neste momento, destaca-se a relevância da admissão do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como os ajustes que essa provocou no cenário internacional. Será abordado também, a visão norte-americana perante os chineses e a consequente aproximação de ambos, destacando a visita de Nixon a Pequim e a relevância do histórico aperto de mão entre os dois líderes. Por fim, o capítulo abordará a reinserção internacional asiática; a projeção internacional contemporânea que demanda um engajamento mais representativo nas instituições já consolidadas; o comprometimento em fortalecer suas alianças e a consolidação da China como a maior parceira comercial e financeira dos países em desenvolvimento⁸ utilizando ferramentas culturais e econômicas.

Como a China encontrou no Brasil um grande parceiro comercial já no final da primeira década do século XXI, o segundo capítulo primeiramente dedica-se em traçar o momento antecedente a esse, para averiguar o panorama histórico da PEB. Com o admirável crescimento econômico chinês, identificam-se elementos que demonstram sua influência para o Brasil e quais foram às estratégias adotadas para conciliar sua proximidade com ambos os eixos ocidental e oriental asiático. A diplomacia de conciliação de parcerias estrategicamente seletivas está presente ainda no capítulo para analisar as estratégias brasileiras diante das Relações Internacionais no século XXI. Em consonância, destaca-se o esforço da PEB que procurou na postura mais universalista⁹ melhores oportunidades econômicas no Sul Global¹⁰,

⁸ Foram vistos como destaque quando se pensava em um elevado potencial econômico, atraindo o olhar de diversos investidores internacionais. O grupo batizado como MIST está representado pelo México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia. Deste grupo as maiores economias são a da Coreia do Sul e do México, mas também China, Brasil, Taiwan, Índia e Cingapura (REIS, 2019).

⁹ Diz respeito a preocupação em diversificar ao máximo as relações externas do país, pluralizar, ampliar, dilatar os canais de diálogo com o mundo (LAFER, 2004).

garantindo também alinhamento com outros países nas instituições internacionais. O jogo de poder será estudado dentro do Estado brasileiro para averiguar como atuam os principais grupos de interesse sob o aumento extraordinário das exportações e investimentos chineses. Em suma, o mais recente governo brasileiro chama atenção com discursos que contradizem a agenda multilateral adotada nas últimas décadas e as relações bilaterais entre Brasil e China destacando pontos de fragilidade e fortaleza mediante ao Governo que coleciona ataques à China

Por fim, nas considerações finais deste trabalho será destacado como o crescimento econômico asiático protagonizado pela China influencia o Brasil, e à pergunta se a PEB estaria se orientalizando será respondida e argumentada, trazendo evidências que consideram tanto o nível sistêmico quanto nacional.

¹⁰ Fenômeno atual de transformação e emergência política e econômica dos países em desenvolvimento, com significativos impactos nas Relações Internacionais. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/editora/series-e-selo/sul-global/>. Acesso em: 29 mai. 2022

1 A FORÇA DA CHINA

1.1 Panorama histórico chinês

Com a dominação imperialista europeia, a população chinesa além de sofrer, enfrentava intensas dificuldades econômicas nas primeiras décadas do século XX. O movimento contra a presença estrangeira na dinastia Manchu inaugurou a República da China, pondo fim ao governo imperial. Apesar disso, ainda insatisfeitos com a política administrada pelo governo japonês, uma volumosa mobilização popular criou, em 1921, o Partido Comunista Chinês. O partido foi atormentado pelas autoridades, mas Mao Tsé-Tung, como líder, motivou o povo com o discurso de uso coletivo das terras e a criação de um sistema político igualitário, originando o Exército Vermelho, que lutou contra o governo vigente entre 1930 e 1940 (PAYNE, 2011).

Com Mao Tsé-Tung como líder comunista da República Popular da China em 1949, apoiado nesse momento pelo governo comunista soviético, sob pano de fundo do início da Guerra Fria, o Brasil segue os passos dos norte-americanos e rompe as relações diplomáticas com a China continental. Essa situação permaneceu inalterada até o restabelecimento do vínculo em 1974.

Neste meio tempo, em 1966, Mao instaurou um programa de controle cultural, político e ideológico pelo nome de Revolução Cultural, a qual instigava uma aversão chinesa aos “imperialistas” norte-americanos, com propagandas que refutavam as atitudes dos EUA. O sentimento de inimizade ocorreu, mas essa campanha hostil teve fim ainda no século XX. Diversos acontecimentos podem ter colaborado para isso, entre eles a deterioração das relações sino-soviéticas¹¹, a “diplomacia do pingue-pongue”¹² e o aperto de mão de Mao e Nixon (MINAMI, 2022).

Entre essas, a mais relevante foi que a República Popular da China recebeu a visita de Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, em 22 de fevereiro de 1972 alterando a configuração geopolítica mundial. Americanos e chineses abordaram juntos diversos tópicos nacionais e internacionais durante sete dias, confirmando inclusive, no Comunicado de Xangai, que os dois países não se consideravam mais inimigos.

¹¹ Conflitos fronteiriços de 1969: percebendo a ameaça iminente de invasão soviética, Mao melhorou as relações sino-americanas como uma proteção (MINAMI, 2022).

¹² No Campeonato Mundial de Tênis de Mesa de 1971 em Nagoya, no Japão, Pequim fez um convite surpresa à equipe americana para uma turnê pela China, que foi amplamente coberta pela mídia americana.

Após a morte de Mao (1976), os chineses definiram “amigos” da nação como aqueles dispostos a ajudar na modernização do país (MINAMI, 2022). O reconhecimento do governo chinês na Organização das Nações Unidas (ONU) e seu ingresso como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em 1971, refletiu uma mudança marcante da política externa chinesa: a abertura para engajamento global em contrapartida à sua conduta precedente isolacionista. Estes acontecimentos motivaram alterações também na política externa de vários países¹³ em relação à China e em organizações¹⁴ econômicas intergovernamentais (LANTEIGNE, 2016).

Sob a liderança de Deng Xiaoping (1978-1990), uma nova era de integração chinesa na economia mundial foi inaugurada; e a aproximação com os Estados Unidos, representante do lado capitalista liberal na Guerra Fria, foi também um divisor de águas para a configuração geopolítica dos demais Estados nacionais do Sistema Internacional. Este panorama histórico precedeu a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC)¹⁵, movimento que abriu as portas para China no século XXI se desenvolver e encontrar no Brasil um grande parceiro comercial.

1.2 Abriram-se as portas para a China: o proeminente país e a Organização Mundial do Comércio

A OMC regulamenta e liberaliza o comércio mundial, solucionando controvérsias entre os participantes¹⁶, mantendo barreiras comerciais e alfandegárias baixas e previsíveis para facilitar as trocas econômicas em âmbito internacional. A organização monitora também, as políticas comerciais e acordos dos membros e promove acordos de comércio de mercadorias, serviços e propriedades intelectuais (COSTA, 2010).

A China tornou-se membro da OMC em 11 de dezembro de 2001, após o acordo da Conferência Ministerial. Essa admissão foi precedida por um longo processo de negociações¹⁷

¹³ O estabelecimento de relações diplomáticas da França com a China em 1964 foi seguido por ações semelhantes da Grã-Bretanha e do Japão em 1972, seguidos pelos Estados Unidos em janeiro de 1979.

¹⁴ Entre elas, destaca-se as consequentes alterações da Organização Mundial do Comércio, Organização de Cooperação de Xangai e demais organizações regionais de comércio.

¹⁵ Do inglês WTO (*World Trade Organization*), mecanismo internacional fundado em 1995 em substituição ao antigo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), criado em 1947.

¹⁶ Atualmente, existem 164 membros associados à OMC, os quais obedecem às regras para o comércio. Segundo a instituição, seus integrantes têm garantia de melhores acordos com outros países membros da organização (OMC, 2018).

¹⁷ Gerou debates entre a estrutura da OMC e o modelo econômico da China, uma vez que gerou efeitos econômicos e políticos substanciais em outros países, por vezes referido como “O choque da China” (MAVROIDIS e SAPIR, 2021).

e exigiu mudanças significativas na economia chinesa. Desde que a China expressou esforços para fazer parte da instituição, os Estados Unidos notaram que a participação chinesa na mesma poderia funcionar como um controle sobre o governo comunista chinês, uma vez que o país precisaria obedecer a diversas regras previstas pelos acordos multilaterais. Em um contexto pós Guerra-Fria, isso era algo muito importante para a conservação da hegemonia norte-americana, e a admissão chinesa na organização legitimaria ainda mais a própria OMC como organização global sólida, já que a China representava um poder milenar de potencial comercial (OMC, 2018).

Os consumidores e corporações de diversos países teriam acesso a produtos chineses a preços mais baixos, movimentando os setores industriais e comerciais chineses e estrangeiros, estabelecendo relações mutuamente estratégicas e benéficas para a China e seus parceiros comerciais. De fato, as corporações, lucraram com o aumento do acesso ao enorme mercado chinês. Em 2017, por exemplo, os consumidores chineses responderam por cerca de 15% das vendas da Apple e desde 2001, as exportações dos EUA para a China dispararam em 450% (OMC, 2018).

Vale ressaltar que essa metamorfose sistêmica aconteceu em poucos anos. O país passou a priorizar o fortalecimento das relações com países estrangeiros e assinou uma série de acordos comerciais regionais na década de 1980, conquistando assim o status de observador junto ao GATT. Desde 1986, concentrou-se em participar da OMC, cuja intenção era ser considerado como membro fundador da instituição, uma vez que este feito o validaria como uma potência econômica mundial.

No entanto, os Estados Unidos, os países da Europa Ocidental e o Japão solicitaram reformas nas políticas tarifárias chinesas, propondo a redução de muitas delas, e exigiram também, a reestruturação de suas políticas industriais (TAN, 2021), levando a gigante asiática a participar, em um certo nível, da ordem liberal-democrática liderada pelos EUA, mostrando para sociedade internacional¹⁸ um afastamento do modelo comunista tradicional (MAVROIDIS e SAPIR, 2021).

O ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton e outros analistas acreditavam que a OMC controlaria a China, no entanto, a organização é um desdobramento de um acordo comercial pós-Segunda Guerra Mundial, elaborado para estimular os laços econômicos e manter um mundo pacífico através da promoção de valores semelhantes, portanto não consta

¹⁸ É o conjunto de sujeitos internacionais em contínua convivência global, relacionando-se e compartilhando interesses comuns e recíprocos através da cooperação, o que demanda certa regulamentação. (MAZZUOLI, 2010).

em sua estrutura político-econômica, artifícios que permitam isso, e não há também, evidências de que o PCC permitiria isso acontecer (MAVROIDIS e SAPIR, 2021).

As reestruturações exigidas repreendiam a corrupção e a criação de câmaras de comércio. Apesar de certas demandas colaborarem para o impulsionamento do comércio chinês, outras também afrontaram sua liberdade soberana. No entanto, sintomas da crise financeira asiática de 1997¹⁹ colaboraram para que conselhos²⁰ chineses fossem reformados e o país vendesse e fundisse diversas empresas estatais não lucrativas.

É preciso ressaltar que a China não se conformou com a democracia da maneira que os Estados Unidos esperavam. A China já tinha uma economia planejada pelo socialismo antes de 1978, mas estava em grande parte isolada de relações com outros países, mas desde então, foi abrindo gradualmente sua economia para o resto do mundo e com a adesão à OMC esse processo foi acelerado (MAVROIDIS e SAPIR, 2021). Seus consequentes grandes ganhos econômicos legitimaram o Partido Comunista Chinês (PCC), algo fundamental para conservar a estabilidade econômica e permitiu que a China alcançasse, nos anos seguintes, sua projeção global.

Na Conferência Ministerial da OMC de 2001, a China foi admitida na organização, permitindo acesso a novos parceiros comerciais, melhores taxas com os atuais, aumento das perspectivas de padrões de vida no mercado interno e incluindo o país em um lugar à mesa do mundo globalizado (SMITH, 2014). Com a sexta maior economia do mundo e uma população de um bilhão de pessoas, a China, nos anos 2000, já era o primeiro ou segundo parceiro comercial de treze países, equivalente a 15% do PIB global. Doze anos depois, essa condição era válida para 78 países, responsáveis então por 55% do PIB mundial²¹.

A reviravolta é que os chineses se beneficiaram muito com a OMC, aproveitando as disposições que atendem a seus interesses e contornando restrições menos convenientes. O impacto econômico foi notavelmente positivo para os chineses. De 1990 a 2015, a parcela da população chinesa vivia em extrema pobreza²² caiu de 67% para menos de 1%. O comércio de mercadorias entre os Estados Unidos e a China aumentou de menos de US \$100 bilhões em 1999 para US \$558 bilhões em 2019 e a China ultrapassou a Alemanha e se tornou o maior exportador mundial já em 2009 (TAN, 2021). Nesse mesmo ano, a China desbancou os

¹⁹ Período de recessão econômica que atingiu diversos países da Ásia, em especial os chamados tigres asiáticos (REIS, 2019).

²⁰ Destaca-se a reforma do Conselho de Estado para reduzir o mandato da Comissão de Planejamento do Estado e aumentar o mandato da Comissão de Economia e Comércio do Estado.

²¹ Global economy: When China sneezes, Financial Times, 17 Oct. 2012.

²² Definida como vivendo com menos de US \$1,90 por dia (IBGE).

EUA que desde 1930²³ eram os maiores importadores de produtos brasileiros, passando de desde então, até os dias atuais, a representar uma alteração sistêmica que chega ao Brasil trazendo grandes oportunidades de relações bilaterais.

1.3 Reinserção internacional asiática: alterações e perspectivas no cenário internacional

A China aprendeu de forma rápida e eficaz a navegar pelas regras internacionais para que a economia global trabalhe a seu favor e não contra. Isso foi possível devidos aos reajustes internos instigados pelos seus líderes, especialmente desde a liderança de Deng Xiaoping, quando diversas providências foram tomadas e se caracterizaram como “a reforma econômica responsável pela completa transformação da China” (VIEIRA, BUAINAIN, FIGUEIREDO, p. 51).

As transformações estruturais aceleradas desde então, resultaram em uma intensa alteração de condição da vida da população chinesa, pois esta, rapidamente “deixou de ser rural e passou a ser urbano-industrial” (FRÓIO, 2010, p. 252), e capaz de consumir e acumular bens (LIMA, 2021). Para salvaguardar essa prosperidade vertiginosa, o país tornou-se obstinadamente importador de recursos minerais, fontes de energia e *commodities*²⁴.

Sob essa demanda, a China encontrou no Brasil um mercado agroexportador especializado nos produtos essenciais para sua nação. A parceria entre Brasil e China, floresceu desde a década de 1990 e hoje celebra números inimagináveis em trocas comerciais, motivadas pelo extraordinário crescimento chinês, avanço da globalização da economia e da estruturação das cadeias globais. No próximo capítulo, tal advento será abordado com mais detalhes, porém, já é possível adiantar que houveram motivações sistêmicas capazes de cruzar os oceanos e estimular o Brasil a se adaptar para aproveitar as oportunidades.

Além dos esforços para continuar elevando os padrões de vida da sociedade chinesa, o atual líder Xi Jinping organiza a agenda do país considerando as principais pautas relevantes para a sociedade internacional, alinhando o interesse da população com os objetivos internacionalmente difundidos como prioridade. A batalha contra a degradação ambiental e as mudanças climáticas conduziu investimentos em energias sustentáveis e no desenvolvimento de parcerias com os países europeus, fazendo com que o país estabeleça parcerias motivadas por diversas razões.

²³ Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-05-04/china-supera-estados-unidos-e-torna-se-maior-parceiro-comercial-do-brasil> Acesso em: 15 abril 2022.

²⁴ Produtos que funcionam como matéria-prima.

Sobre isso, Cintra et al. (2015) reforçam:

A provisão de bens públicos “universais”, o desenvolvimento de uma urbanização e de uma industrialização com menor impacto sobre o meio ambiente, e a ampliação da renda e do consumo da população são os pilares do planejamento estratégico que visam transformar – ou seja, reformar – o “regime de crescimento” nos próximos anos. (CINTRA et al., 2015, p. 17).

Mas a influência da China moderna tem chegado a diversos países principalmente a partir de estratégias econômicas, se consolidando dessa forma, cada vez mais como a maior parceira comercial e financeira dos países em desenvolvimento. Esse empenho tem destaque sobretudo após a grande recessão global de 2008²⁵, quando, de acordo com o IEDI²⁶, a intenção do país foi de “aumentar sua presença na periferia²⁷ para compensar a perda de dinamismo das economias centrais, atingidas pela crise global”. Essa demanda trouxe sucesso para a balança comercial do Brasil, por exemplo, que inaugurou um novo maior parceiro comercial em 2009, e foi benéfica para a China acima de tudo, pois passou a destinar suas vendas de bens manufaturados principalmente para o Mercosul²⁸, Aladi²⁹ e Nafta³⁰.

O desenvolvimento econômico chinês já altera a configuração de grande parte da população mundial. A própria região asiática é aquecida especialmente por dois motivos, primeiro: os consumidores regionais já sustentam uma alta demanda de consumo por bens; segundo: “à medida que o PIB da China aumenta, aumenta também o preço da mão-de-obra por lá. Então, muito do que é feito na China passa a ser produzido nos países da região, como Indonésia, Nepal, Vietnã.” segundo Freitas, em 2019 para a BBC³¹. Sendo assim, a ASEAN³² se destaca no oriente, demandando um aumento no fluxo comercial e de logística.

²⁵ Grande Recessão foi resultado do colapso imobiliário dos Estados Unidos, causado pelas hipotecas subprime que provocaram a crise de 2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/entenda-grande-recessao-20919135> Acesso em: 25 jan 2022.

²⁶ Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Disponível em: https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_769.html#:~:text=Ap%C3%B3s%202008%2C%20o%20%E2%80%9Cfeito%20concorr%C3%A2ncia,centrais%2C%20atingidas%20pela%20crise%20global. Acesso em: 25 jan 2022.

²⁷ Estratégia que gerou um aumento nas exportações chinesas para as três principais regiões de destino das vendas externas brasileiras de bens manufaturados – Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai), Aladi (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela) e Nafta – a ponto de superarem o valor registrado pelo Brasil em 2012. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20170120_comercio_exterior.html Acesso em: 25 jan 2022.

²⁸ Mercado Comum do Sul, organização intergovernamental regional, atualmente configurada como união aduaneira de livre-comércio intrazona e política comercial comum entre os países-membros sul-americanos.

²⁹ Associação Latino-Americana de Integração, maior bloco econômico que visa a integração da região latino-americana.

³⁰ Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (*North American Free Trade Agreement*), tratado comercial entre os países da América do Norte.

³¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48764501> Acesso em: 27 abr.2022.

³² A Associação de Nações do Sudeste Asiático é uma organização intergovernamental regional que compreende dez países do sudeste asiático, que promove a cooperação intergovernamental e facilita a integração econômica, política, de segurança, militar, educacional e sociocultural entre seus membros e outros países da Ásia. Disponível em: <https://asean.org>. Acesso em: 27 abr.2022.

Stuenkel (2017) relembra que a Ásia já foi o centro dinâmico da economia mundial, e movimentos como esses demonstram a disposição do gigante asiático em retomar o papel de liderança comercial e econômica, acontecendo agora em um momento oportuno. Se fortalecendo no Sistema Internacional à medida em que movimenta e fortalece a região asiática, a China também dá vida ao desejo de retomar sua herança histórica através da interconexão de territórios através da Nova Rota da Seda³³.

O projeto, segundo o discurso³⁴ do presidente Xi Jinping, se encaixa no esforço de fortalecimento dos arranjos multilaterais, e reforça o chamado para uma promoção de “(...) um novo tipo de relações internacionais com cooperação em que todos ganham (...)”³⁵ no entanto, vale ressaltar a iniciativa da Nova Rota³⁶ em realizar também arranjos multilaterais, em sua maioria os acordos bilaterais³⁷.

Os investimentos nessa área visam, sobretudo acelerar o sistema de transportes, de modo a incrementar o comércio internacional, que futuramente poderão criar novos mercados, talvez até mesmo novas zonas de livre comércio, novas zonas de abastecimento e distribuição de produtos, alterando significativamente a configuração conhecida do contexto internacional (LAIHUI, 2020).

Ainda que esse grande movimento não tenha o Brasil como formalmente um alvo para Rota, os interesses globais e os mercados de exportação do Brasil são claramente afetados pelos programas de investimento da China no exterior, principalmente porque tendem a deslocar o centro de gravidade econômico global para longe das potências tradicionais³⁸ (ABDENUR, 2019).

Ainda em 2008, o *National Intelligence Council*, conselho norte-americano, já previa que até 2025 o Sistema Internacional que foi construído posterior à Segunda Guerra terá sido

³³ *The New Silk Road* ou *Belt and Road Initiative*, o próprio nome do novo projeto intercontinental remete a um simbolismo histórico chinês, de quando o país era uma grande potência econômica eurasiática há 2 milênios atrás. A seda, naquele período, era o principal produto comercializado e a Rota da Seda então, surgiu para interligar a Ásia até a Europa, e estabelecer uma rede comercial entre os envolvidos.

³⁴ Discurso do Presidente Xi Jinping na abertura do fórum *Belt and Road*. Disponível em: <http://www.globaltimes.cn/content/1046925.shtml> Acesso em: 27 abr.2022.

³⁵ Tradução minha.

³⁶ As principais áreas incorporadas pelo projeto são a de transporte e infraestrutura, tanto terrestres quanto marítimos.

³⁷ De acordo com a China Daily, até o final de outubro de 2019, o gigante asiático já havia assinado 197 documentos de cooperação a respeito da nova rota comercial, e 137 países e 30 organizações internacionais também. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202001/22/WS5e2790f6a3101282172729f4.html> Acesso em: 27 abr.2022.

³⁸ Unidades de poder caracterizadas por elementos “matrizes” do conceito de potência. Pode-se considerar que estas características delimitadoras do conceito de potência tradicional são a base a partir da qual se pode fazer a análise de uma unidade de poder como relevante na ordem internacional e que sobressai na hierarquia de poderes. A existência do maior número de potências tradicionais está concentrada no continente europeu e destaca também os Estados Unidos (VASCONCELOS; FIGUEIREDO, 2012).

totalmente transformado³⁹. O'Neill, economista britânico, chamou a atenção para o crescimento acelerado de países emergentes⁴⁰ e sugeriu que a crise de 2008 poderia estimular e acelerar essa escalada, afirmação que se tornou verdadeira para a China (FARIAS, 2018).

A cooperação internacional marca o governo de Xi Jinping por suas múltiplas iniciativas que impactam além de suas fronteiras. He e Feng (2008, p. 371) conceituam *soft balance* como “(...) comportamentos estatais não militares para o mesmo objetivo de segurança (...)”, e sugerem que as nações indagam alianças não tradicionais como uma alternativa contrária à primazia hegemônica, nesse contexto, a protagonizada pelos Estados Unidos. A oportunidade, portanto, de incitar o desenvolvimento estrutural de diversos países motivados pela cooperação internacional, e sem a utilização militar, é uma expressão de *soft balance*. Dessa forma, Cintra et al. (2015) citam:

Simultaneamente a este vertiginoso dinamismo interno, a China expande sua capacidade de projetar poder econômico, financeiro, político, diplomático e militar. Assim, ocupa posições cada vez mais relevantes no tabuleiro geoeconômico e geopolítico asiático e global. As relações da China com o resto do mundo são redefinidas, o que desencadeia um processo de *transição internacional* ou uma reconfiguração da ordem mundial. Pequim permanece um ator relevante e busca ampliar sua influência nas instituições internacionais existentes, mas também promove e financia estruturas paralelas (CINTRA et al., 2015, p. 18).

O'Neill, enfatiza⁴¹, que "o mundo precisa acomodar tanto Estados Unidos quanto China". Essa afirmação é disposta em um contexto de declínio da ordem liberal como algo perigoso e que deve ser evitado. O pensamento foi internacionalmente difundido questionando sobretudo quais as reais intenções chinesas perante sua crescente relevância no Sistema Internacional.

Segundo Fróio (2010), a cooperação internacional tem auxiliado na fragmentação das persistentes barreiras de aproximação, as quais foram impostas desde os séculos passados. Sobre a falta de conhecimento mútuo e o distanciamento cultural que instigam esse sentimento de desconfiança a autora discorre:

[...] A necessidade do conhecimento recíproco torna-se ainda mais fundamental porque representa o encontro entre o Ocidente e o Oriente, que se percebem de forma depreciativa em muitos momentos. A construção desse distanciamento não possui apenas uma justificativa geográfica ou histórica, mas também um argumento de inferioridade cultural que foi transmitido pelo Ocidente (FRÓIO, 2010, p. 257).

³⁹ Disponível em:

https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Reports%20and%20Pubs/2025_Global_Trends_Final_Report.pdf Acesso em: 20 mai. 2022

⁴⁰ Não apresentam um nível de desenvolvimento econômico elevado como os países ricos, mas estão crescendo cada vez mais. Inicialmente os países emergentes foram formados pela Rússia, Índia, China e Brasil. Anos depois, a África do Sul se juntou e formou o BRICS (REIS, 2019).

⁴¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48661565> Acesso em: 20 mai. 2022

Sobre isso, a China, à sua maneira, criou seus próprios elementos de teorias e práticas específicas na formulação de políticas. Um governo fortemente centralizado e que se autodenomina socialista, conseguiu libertar forças e agentes do mercado, estabelecendo um equilíbrio sem precedentes nas relações entre poder político e poder econômico. E esse novo equilíbrio, abriu caminho para uma nova integração internacional.

Os ingredientes são diversos e conhecidos, mas a dosagem de cada elemento faz parte de uma fórmula que é chinesa, e que só se aplica à China. Entende-se, portanto, que a projeção desse mesmo modelo para além de suas fronteiras não encontra, a possibilidade de ser replicado da mesma forma (ROCKMORE, LEVINE, 2018).

Zheng Bijian, pensador e conselheiro de líderes chineses, em seu conceito *peaceful rise* já descaracterizava “(...) eventuais pretensões hegemônicas por parte de Pequim ao apresentar a China como um país comprometido a tirar seu povo da pobreza e a melhorar suas relações com o Sistema Internacional, para o que dependia de uma situação de paz mundial (...)” (HOLANDA, 2016, p. 49).

Stuenkel (2017) e Acharya (2017) apresentam perspectivas otimistas em relação ao futuro. Stuenkel, em seu artigo para a Global Times indica que:

A multipolaridade pós-ocidental provavelmente será muito mais inclusiva do que qualquer outra ordem anterior na história mundial, possibilitando níveis muito mais elevados de diálogo, de difusão de conhecimento e maneiras mais inovadoras e efetivas de lidar com os desafios globais do século XXI (GLOBAL TIMES, 2017).

Sendo assim, Stuenkel (2017) entende que a estratégia dos emergentes não visa destruir a ordem mundial estabelecida pós Guerra-Fria, mas sim, expressar suas forças nas instituições vigentes, possibilitando a formação de outras, que podem naturalmente se tornar paralelas. Essa nova ordem coexistente procuraria resguardar os aspectos da precedente que os beneficia e, simultaneamente, também demandaria a criação de novas instituições, as quais permitiriam aos países em questão, superar as restrições políticas e econômicas que a ordem ocidental anterior os impunha.

Acharya (2017) percebe a ordem que se forma como “multiplex”, caracterizando-a como uma configuração que não tem uma única perspectiva e não é uniformizadora. Sendo assim, não se estima que haverá uma hegemonia de um único ator ou ideia, mas sim a coexistência de projetos diversos. Em suas palavras: “não é uma ordem global singular, liberal ou não, mas um complexo de corte transversal, senão de ordens internacionais e globalismos concorrentes” (Ibid, p. 277). Nessa ordem, a globalização ainda será importante, mas muito mais ditada por questões de infraestrutura e desenvolvimento, do que pelo livre comércio.

Fróio (2010) explica que se antes a primazia norte-americana, foi estruturada por prover bens públicos dentro de um sistema pouco rígido de normas e abundante de instituições multilaterais, nos últimos anos, o país vem investindo cada vez menos nesses aspectos.

Segundo Montenegro (2018) quando Donald Trump assume a presidência dos Estados Unidos e adota uma política externa mais isolacionista, diminuindo substancialmente seu comprometimento em causas internacionais, - e causando conflitos muito sérios nos países que contavam com sua presença -, a China, por outro lado, se apresenta como defensora do multilateralismo e da cooperação internacional, e explora inteligentemente essas lacunas.

Nesse contexto, Montenegro (2018) ainda relata que:

Hoje, os chineses estão entre os principais contribuidores de pessoal para as operações de paz, enviando desde equipes de apoio a batalhões de infantaria, sendo o membro mais ativo nesse sentido entre aqueles com assento permanente no Conselho de Segurança (MONTENEGRO, 2018, p. 73).

Em seu mandato, Trump e suas relações cordiais com muitos aliados tradicionais viveram tensões. Nesse vácuo de poder, a China encontra forças para continuar cultivando seu relacionamento com diversos países, demonstrando através de seu *soft power*⁴², uma cultura atraente, que busca conexões e que fornece proteção internacional.

As relações com países objetivando crescimento econômico satisfaz a China e sua relação com o Brasil. O sucesso econômico chinês é proporcionado pelo seu desenvolvimento, à medida em que também desenvolve a infraestrutura de outros Estados, e isso já é possível identificar em resultados no âmbito social e cultural.

Os que tem a capacidade de influenciar através do *soft power* podem satisfatoriamente atrair e cooptar terceiros a tomarem decisões em consonância com as suas. Já nas primeiras décadas do século XXI, a Ásia se tornou um centro de referências que propaga o bem-estar alternativo. Elementos como o ecoturismo, a medicina chinesa, as práticas de yoga, meditação e acupuntura, tem se difundido para além de suas fronteiras e proporcionado melhores qualidades de vida para cidadãos de diversos países (FRÓIO, 2010).

Esse estilo de vida pode incitar um fenômeno de orientalização cultural, possibilitando que princípios da cultura oriental estejam chegando nos lugares mais distantes de sua origem e reconfigurando os hábitos dos indivíduos no cotidiano atual.

Os investimentos do governo no progresso acadêmico e de pesquisa, também garantem que estudantes estrangeiros procurem a China para seguir suas atividades

⁴² Definido por Joseph Nye, em 2004, como a habilidade de modelar os desejos do outro, ou seja, gerar tamanha atração que o outro escolhe seguir seu exemplo. Pode ser feito através da difusão de seus comportamentos, culturas e valores.

educacionais. A China ocupa o terceiro lugar na atração de estudantes de outros países, isto porque, o país conta com universidades respeitadas, com rápida internacionalização e investimentos em políticas que dão suporte aos estudantes, demonstrando que o país, em breve, poderá se tornar o principal destino para alunos internacionais. Em consonância, o turismo continua sendo um tradicional aspecto de *soft power* e mais expressivamente desde 2015 – até a pandemia do Covid 19 – um crescente intercâmbio de visitantes na China foi atraído (BATISTA, 2017).

A relevância desse poder de reconfigurar o contexto internacional, cresce, na mesma medida em que também traz um certo desconforto de outras nações e repetidamente a mídia *mainstream* destaca sentimentos de desconfiança atrelados a China por parte de países ocidentais estratégicos, tais como EUA e Reino Unido.

Estes países constantemente recomendam boicotes e sanções de outros países contra Pequim, disseminando desconfiança sobre sua venda de tecnologia de ponta, o uso de aplicativos, questões fronteiriças e as disputas do Mar da China Meridional. Apesar dos esforços chineses para que a China se fortaleça também através da propagação de *soft power* oriental e parcerias bilaterais comerciais e financeiras, existe ainda uma relutância já difundida no ocidente que é um desafio a ser superado.

2. PANORAMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

2.1 Contexto histórico

Segundo Yang (2020), na passagem do século XIX para o XX, diante da ascensão dos Estados Unidos como grande potência, e a difusão das tecnologias da Segunda Revolução Industrial, a Política Externa Brasileira foi reorientada, especialmente pela influência de Barão do Rio Branco⁴³, alterando a centralidade que a diplomacia atribuía à Europa até então, o que favoreceu uma aproximação à potência nascente norte-americana.

As perspectivas da PEB desde o cenário da Guerra Fria (1947-1991) expressam a procura de projeção de poder assertivo brasileiro para além de suas fronteiras, através de um posicionamento internacional mais engajado, principalmente devido à dinamização de suas parcerias estratégicas. Nesse contexto, a natureza das prioridades da PEB tenta equilibrar duas tendências: a hemisférica-bilateral⁴⁴ e a global-multilateral⁴⁵ (PECEQUILO, 2008).

Durante a Guerra Fria, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos foram frequentemente desenvolvidas a partir do que diplomatas e políticos norte-americanos estabeleciam como suficiente e adequado para a América Latina. O alinhamento brasileiro “mau recompensado” pelos EUA instigou a percepção de que a PEB deveria ser conduzida de maneira que os interesses ideológicos não afetem os acordos comerciais.

Sob o cenário internacional bipolar que protagonizou uma longa disputa ideológica nesse período, a conduta adotada pela PEB não passaria despercebida. Uma mudança de posicionamento foi representada significativamente pelas decisões tomadas a partir da gestão do chanceler Antônio Azeredo da Silveira, no governo Ernesto Geisel (1974-1979), através da priorização pelo “pragmatismo responsável”.

Este termo preza pela objetividade nas estratégias governamentais e colabora para o aumento da inserção do Brasil no mercado internacional. O pensamento inspira a conduta brasileira a conjugar suas relações com os países independente das disparidades ideológicas e regimes de governo entre eles (HIRST et al, 2006).

Tal conduta demonstra que não é preciso romper relações com o ocidente para desenvolver novas alianças regionais e orientais, e nem se identificar com um regime

⁴³ José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, foi ministro das Relações Exteriores do Brasil, era advogado, diplomata, geógrafo, professor, jornalista e historiador.

⁴⁴ “(...) grupos que defendem a reconstrução de uma relação especial com os EUA (...)” (PECEQUILO, 2008, p. 136).

⁴⁵ “(...) aproximações buscadas com as nações emergentes e países menos desenvolvidos na África, Ásia, Oriente Médio e América do Sul” (PECEQUILO, 2008, p. 136).

comunista, para justificar a aproximação das relações diplomáticas e comerciais sino-brasileiras, por exemplo.

Fazendo um salto para a segunda década do século XXI, foi esse comportamento da PEB na visão de Lima (2016) que possibilitou que:

De uma posição modesta no intercâmbio comercial do Brasil nos anos 1970 e no conjunto do seu relacionamento internacional, a China representa atualmente o principal parceiro no comércio exterior brasileiro e fonte potencial e cada vez mais expressiva de investimentos diretos estrangeiros no país. Essa evolução bem traduz a ascensão da China no cenário global e o processo de aproximação com o Brasil tanto no campo bilateral, político e econômico(...) (LIMA, 2016, p.13).

O comportamento da PEB desde então, não agradou aos EUA, trazendo desconforto entre políticos brasileiros e o Departamento de Estado norte-americano, o qual interpretou o comportamento da PEB como antiamericano. Isso demonstra que a PEB tem que se desdobrar para expressar sua autonomia política e comercial, às sombras do que é ideal e estratégico para Washington, sob pena de prejudicar sua balança comercial e sofrer com sanções econômicas (HIRST et al, 2006).

Com o fim da Guerra Fria, a hegemonia dos EUA ajustava sua agenda de política externa como símbolo da cooperação e da universalização dos regimes políticos e econômicos liberais. A "Nova ordem mundial" tinha a liderança dos norte-americanos através da governança multilateral e desempenhava papel mediador das instituições internacionais. Nessa agenda, no entanto, não constava a priorização do desenvolvimento dos países latino-americanos, estes os quais encontravam-se vulneráveis e enfrentando crises sociais e econômicas desde 1980, período rotulado como a "década perdida"⁴⁶ (PECEQUILO, 2008).

Apesar de alguns resultados positivos instigados pela objetividade do pragmatismo político, o Brasil ainda enfrentava desafios internos como hiperinflação e estagnação, uma vez que o mesmo nunca finalizou seu processo de industrialização e não se especificou na exportação de produtos de alto valor agregado (KOHLLI, 2004; BRESSER PEREIRA, 2009).

Esse cenário gerou divergência em relação a possibilidade de retomar ao eixo bilateral, e, analisar quais seriam as variáveis estruturais e contingenciais que influenciaram a definição de preferências do Estado. Apesar do Estado ter autonomia para efetivar suas decisões, ele se insere dentro de uma coletividade com outros atores internacionais, coexistindo no ambiente internacional. “(...) Nessa conjuntura, a ação do Estado derivará do ambiente em que ele se relaciona frente ao meio situacional (...)” (FERREIRA, 2020 p. 69). Dessa maneira, entende-

⁴⁶ Período de estagnação econômica e forte retração da produção industrial.

se que existem opções limitadas dentro do cenário internacional que condicionam as ações tanto brasileiras quanto estrangeiras.

O comportamento da política externa pode também receber influências de múltiplos fatores e para isso, é possível recorrer à diferentes níveis de análises interpretativas, como: idiossincrasias: que se refere as peculiaridades individuais dos tomadores de decisões que determinam e implementam a política externa; função: que compreende as arquiteturas governamentais; governamental: relativo à estrutura de governo, sua constituição e desenho dos três poderes e a societal: que considera o impacto indireto da sociedade no governo (ROSENAU, 1996).

No Brasil, as relações diplomáticas são constitucionalmente confiadas ao Poder Executivo e ao presidente (AMORIM, 2011). Dessa forma, o presidente, vice-presidente e os ministros são, em tese, os principais tomadores de decisão, junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty). No entanto, qualquer tomada de decisão pode ser bem desafiadora, pois essas figuras podem ter, por natureza, diferentes convicções, e também podem dispor de coalizões que exercem pressão para que suas pautas sejam priorizadas (PINHEIRO e MILANI, 2013).

As tomadas de decisões dos líderes afetam a política externa, e ao analisá-las, deve-se buscar entender quais foram as motivações que os influenciaram. Para Frieden (1999), as preferências antecedem até mesmo as estratégias, pois são pensadas através de uma relação de custo/benefício. Por exemplo, as personalidades e afinidades dos líderes podem fazer com que eles determinem preferências por questões, escolhas de assessores, e assim por diante.

Nesse momento da história, o Brasil deveria escolher entre uma reaproximação com os norte-americanos ou a correção de rumos adotando uma postura global mais multilateral. A decisão foi de insistir na tentativa de construção de relação privilegiada com os Estados Unidos, na expectativa de recuperação econômica ao reconquistar sua credibilidade através da "autonomia pela integração"⁴⁷.

Para Pinheiro e Milani (2013), acreditando que iria conquistar concessões comerciais e reconhecimento político como recompensa por implementar o Consenso, Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990, governou o Brasil prometendo modernidade e mudanças ao se alinhar e buscar auxílio financeiro nos EUA. Os estudos sobre a motivação da escolha remetem às preferências do próprio presidente e as mudanças ocorridas no alto escalão do

⁴⁷ Representada pela adesão às reformas políticas e econômicas patrocinadas pelos EUA, respaldado pelas organizações multilaterais e pelo Consenso de Washington, o qual exigia privatizações, diminuição do Estado e abertura de mercado (PECEQUILO, 2008).

governo e o viés neoliberal dentre os diplomatas (CASARÕES, 2011). No entanto, apesar do alinhamento, poucos benefícios foram alcançados e a instabilidade, segundo Pecequilo (2008), foi a grande protagonista do momento.

A capacidade brasileira de se articular diplomaticamente, sua enorme extensão territorial repleta de recursos naturais e sua grande massa populacional, dentre outros motivos, faz com que a política comercial do Brasil seja um componente de extrema importância para articulação econômica e política global. Portanto, era importante para os EUA que o Brasil estivesse sempre em sintonia com suas condutas políticas e econômicas, como forma também de reforçar sua hegemonia internacional. No entanto, este alinhamento persistiu sendo muito mais favorável para os norte-americanos do que para os brasileiros, os quais constantemente lidavam com seus interesses sendo ignorados.

Priorizando o desenvolvimento estratégico de sua própria pátria, o Congresso Nacional em 1988, havia conjurado na Constituição Nacional que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1988). E em consonância, nos anos seguintes, a América do Sul assumiu, de fato, uma relevância sem precedentes⁴⁸ para o Brasil (PECEQUILO, 2008).

O Brasil passa a se projetar, de certa forma, como responsável por manter a estabilidade política regional, promovendo instituições e valores democráticos mais fortes e expandindo a cooperação em segurança. Com essa alteração, o país demonstra que é preciso manter uma equidistância pragmática em suas relações com os estrangeiros para que pudesse barganhar a favor do que era importante para o seu povo.

As agendas de livre comércio, democracia, cooperação e organizações multilaterais, eram pautas importantes para os norte-americanos, e o Brasil percebeu que apenas se alinhar a elas não o ajudava a ganhar nenhum espaço relevante internacionalmente. Porém, projetar-se como um líder regional como mediador da paz, oferecendo mediação política local e contribuindo para resultados institucionais e democráticos, fazia-o sim se tornar um ator relevante para o Sistema Internacional, o posicionando inclusive, melhor para além de suas fronteiras especialmente em negociações importantes (HIRST et al, 2006).

⁴⁸ “(...) observa-se a continuidade da “sul-americanização” da agenda regional que se iniciara nos anos 70 (regime militar) e que ganhara impulso na década seguinte (Sarney e Alfonsín), visando explorar a complementaridade econômica e proximidade político-estratégica no Cone Sul (Argentina). Esta solidez da plataforma continental era percebida como essencial para o fortalecimento regional e nacional em meio à vulnerabilidade (PECEQUILO, 2008, p. 139).

A gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), segundo Vizentini (2003) alterou o curso da PEB do eixo vertical norte para a América do Sul. O Brasil, aos poucos, foi substituindo sua identidade de país latino-americano pela de potência sul-americana, mediante à consciência de que deveria expandir sua responsabilidade pela manutenção da estabilidade política regional, promovendo instituições e valores democráticos mais fortes. Os laços até mesmo com a Argentina se aprofundaram, substituindo antigas rivalidades por parceria estratégica (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

O Mercosul foi, de fato, um equilíbrio e um espaço de concepção mais realista para a inserção do Brasil no Sistema Internacional. Conjugado com a PEB, o Mercosul conseguiu articular um espaço regional e assim, despertou o interesse de outros blocos econômicos. Tal posicionamento abria possibilidades de cooperação com todos os tipos de países e blocos regionais e o estabelecimento de parcerias estratégicas.

Os Estados Unidos, por sua vez, viram-se preocupados com a relevante projeção internacional que o bloco poderia alcançar, e propôs a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), como um bloco econômico que ligava os países sul-americanos aos norte-americanos. Mas o Brasil foi prático e realista em sua objeção, pois logo percebeu que a iniciativa serviria, primordialmente, aos interesses norte-americanos em resposta a seu déficit na balança comercial e também a um aumento significativo nas exportações norte-americanas com a efetivação do bloco.

O governo brasileiro priorizou a proposta de integração mais horizontal com o Mercosul, com a ambição de fortalecer todos os países participantes, mas mais uma vez, não foi isento de desafios. As ambições regionais dos setores empresariais e intelectuais, em contrapartida com os interesses dos eleitorados domésticos da região andina, salientou assimetrias estruturais e diferenças políticas.

O reconhecimento por seus parceiros sul-americanos de seu papel como líder regional passou a ser moroso, também por conta de problemas ligados à crise do modelo neoliberal na região⁴⁹. Uma série de fatores transcorreu como, por exemplo, instabilidade política, colapsos institucionais, protestos populares em massa, violência política e turbulência local acompanhados por fortes sentimentos antiamericanos nos países vizinhos ao Brasil. (HURREL, 2008).

O Brasil agiu como força estabilizadora, insistindo em encontrar soluções políticas que evitassem as percepções orientadas para a segurança lideradas pelos EUA, mas também

⁴⁹ Especialmente com a ascensão do governo de Hugo Chávez na Venezuela.

agiu como mediador, procurando “desideologizar” o diálogo entre os EUA e alguns países como Bolívia, Venezuela e Cuba. Avançando para os anos mais recentes, há o entendimento de que a ampliação da atuação do Brasil com os países asiáticos, em especial a China, “só foi possível em virtude da consolidação da paz e da cooperação na América do Sul” (LYRIO; PONTES, 2016, p. 128).

Diante do exposto, compreende-se que uma PEB mais multilateral ganhou espaço estratégico no final do governo de FHC e se aprofundou no governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Esse talvez seja um dos traços de continuidade mais marcantes entre os dois governos, o que confere uma política de Estado de longo prazo aos projetos brasileiros, priorizando a integração regional e a criação de uma comunidade sul-americana.

Em especial durante a gestão de Lula houve uma pluralização de atores interessados em assuntos internacionais. A cooperação técnica era pauta relevante em especial para os ministérios da: agricultura⁵⁰, saúde, educação, defesa, minas, energia, cultura e turismo. (PINHEIRO e MILANI, 2013). Sobre esse fenômeno também denominado “horizontalização da PEB” há:

Cada vez maior compartilhamento das competências internacionais do Estado brasileiro entre os ministérios da Esplanada. Como apontam estudos recentes, mais de 90% dos ministérios (ou órgãos com estatuto de ministério) em Brasília já contam com departamentos, diretorias ou coordenações de assuntos internacionais. Alguns ministérios, como o da Cultura ou o dos Esportes, mobilizam intensamente as suas estruturas de atuação internacional, até mesmo à revelia do Itamaraty (LOPES, 2013, p.237).

Esse destaque dos ministérios domésticos no campo internacional ocorre também com o setor empresarial, o qual vem adquirindo alcance global e aumentando mais seu envolvimento internacional. Embora atuem de forma paralela, é expressivo o diálogo entre as ações empresariais e governamentais brasileiras no cenário externo. O entusiasmo pela frente Sul-Sul por parte do empresariado brasileiro vem relevando também um processo de aprendizagem e um sentido de oportunidade, que revela um novo perfil de investimentos e transações comerciais⁵¹ (PUNTIGLIANO, 2008).

Das motivações para a priorização da agenda universalista encontram-se diversas explicações. Além da circunstância política do Brasil, que tem diversos grupos de interesse que se locomovem e se acionam instâncias específicas dentro do governo, destaca-se também

⁵⁰ O Ministério da Agricultura, por exemplo, através da presença da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), busca promover e fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico através da transferência de tecnologia e da troca de conhecimentos e de experiências no campo da pesquisa agropecuária (PINHEIRO e MILANI, 2013).

⁵¹ Entre os grupos privados e estatais a compartilhar mercados, destacam-se Petrobras, Odebrecht, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Votorantim, Companhia Siderúrgica Nacional, Camargo Corrêa, Gerdau, JBS (PUNTIGLIANO, 2008).

as variáveis externas que exigiam essa postura. Por exemplo, com relações já estremecidas, ainda assim, os EUA não adaptaram suas políticas, em busca de estabelecer uma relação melhor com o Brasil. Esse desconforto foi instigando um atrito no comércio bilateral, e “(...) situação similar se repetiu com as nações europeias, em suas políticas individuais e comuns, o que demonstrou as limitações do eixo norte das parcerias estratégicas a despeito do processo de readaptação realizado” (PECEQUILO, 2008, p. 141).

Portanto, projetar o Brasil como país respeitado, que avança e se moderniza, refletia em como a PEB deveria se comportar. Suas adaptações demonstraram, em determinados fatos internacionais, as divergências que EUA e Brasil enfrentavam⁵² (ALMEIDA, 2006).

Ao mesmo passo em que evitava expressar alinhamento direto com as políticas de segurança dos EUA, segundo Pecequilo (2008), não houve rupturas profundas, mas ainda assim é necessário entender os limites dessa relação bilateral. A agenda da PEB do momento entendia que não poderia se limitar ao continente americano. Ainda que até 2008 os EUA continuavam sendo o maior importador de produtos brasileiros, os mesmos também instigavam constrangimentos estruturais domésticos que dificultavam a ampliação do relacionamento.

A diplomacia brasileira encontrou nas organizações multilaterais, um lugar onde podia e devia expressar seus pontos de apoio e desaprovação a respeito das estruturas institucionais mundiais e suas respectivas condutas, demonstrando esforços que se preocupam com o impacto humanitário das decisões governamentais, ações militares que prezam pela segurança e a importância de equilibrar paz, solidariedade e globalização (HIRST et al, 2006).

Certas demandas surgiam também dos fóruns multilaterais, das organizações internacionais e da multidimensionalidade das relações exteriores. Entre elas, reformas e reorganização internas para ajustar-se aos novos tempos. Também por isso, internamente no Estado brasileiro, foram criadas divisões e subdivisões internas. Um exemplo da nova configuração foi da Subsecretaria-Geral Política, a qual a partir de 2006, somou departamentos e divisões para lidar com temas⁵³ de destaque na política externa como meio

⁵² Dentre diversos outros momentos, os trágicos eventos de 11 de setembro de 2001 se destacam, quando os brasileiros evitaram o alinhamento total com as políticas de segurança dos EUA e moldaram, portanto, sua própria abordagem para conter o terrorismo. Ainda que tenha apoiado a invasão do Afeganistão, isto foi feito de maneira cautelosa, e logo o Brasil se opôs à invasão do Iraque, ambas lideradas pelos EUA (ALMEIDA, 2006).

⁵³ “Na vertente da cooperação para o desenvolvimento, uma rede de instituições públicas nacionais em sintonia com ministérios e sob coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) conduziu projetos em conjunto a organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados(ACNUR), entre outros” (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p. 244).

ambiente, direitos humanos, temas sociais. Desta forma, por meio da especialização que alcança espaços, regiões e temas múltiplos, o Itamaraty buscou manter-se atuante e participativo nas esferas em que se desenrolam e se constituem as relações internacionais contemporâneas (COSTA e INOUE, 2007).

Moreira Junior (2020) relata que com maior importância conferida também aos parlamentares, às Comissões de Relações Exteriores, Defesa Nacional da Câmara Federal e do Senado, outra característica marcante do período foi a abertura de novas representações diplomáticas do Brasil no exterior. “das 226 repartições diplomáticas e consulares mantidas pelo MRE no exterior, 66 foram abertas após 2003, sendo 44 embaixadas e 22 consulados, incluindo países da África e do Caribe que não possuíam nenhuma representação brasileira” (MOREIRA JÚNIOR, 2020 p. 244).

Mesmo reconhecendo que a responsabilidade constitucional da PEB é prerrogativa do poder executivo federal, as competências e obrigações que foram sendo alocadas às unidades federadas, com respeito ao desenvolvimento local, concederam certa legitimidade aos governos subnacionais para procurar fundos no exterior. Os acordos de cooperação com suas contrapartes estrangeiras exponenciaram a atuação das unidades subnacionais, transformando-as em atores da PEB contemporânea⁵⁴ (SALOMÓN, 2011).

A assessoria especial em Relações Internacionais junto à Presidência da República foi balizando as funções da corporação diplomática. Ao mesmo tempo que ao longo dos dois mandatos do presidente Lula multiplicaram atores no campo da política externa, não pode ser menosprezado o protagonismo do mandatário no cenário internacional, acompanhado por seu estilo afirmativo (SALOMÓN, 2011).

A fórmula adotada pelo governo Lula, na visão de Salomón (2011), foi de vincular um novo acervo de políticas sociais que atacam a pobreza e a desigualdade no plano doméstico com uma ativa diplomacia presidencial. Ao mesmo tempo em que se transformou a questão social numa bandeira de política externa, buscou-se combinar um espaço próprio da Presidência com os recursos institucionais e profissionais do Estado brasileiro.

A estabilidade econômica vivida pelo Brasil durante a primeira década dos anos 2000, somada à extraordinária popularidade pessoal do presidente Lula, possibilitaram que esse ativismo internacional brasileiro elevasse o país a um patamar de proeminência global (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p. 245).

⁵⁴ Embora desde os anos 80 já se desenvolva esta atividade no país, nos dias atuais registra-se um notável ativismo nos principais estados e cidades brasileiras, muitas delas possuindo algum tipo de estrutura de coordenação ou assessoria para temas internacionais. De fato, a atividade externa das entidades subnacionais já ocorria, mas foi de fato estimulada e integrada à estratégia de política externa e desenvolvimento nacional no governo de Lula (SALOMÓN, 2011).

Com diversos atores que demonstravam interesse na ampliação da presença do país nas negociações econômicas globais, instituições multilaterais e assuntos regionais, a PEB direcionou seus esforços ao aprofundamento dos laços com as economias industrializadas e com o Sul, atingindo seu apogeu nos assuntos internacionais (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

“O Brasil foi estruturando uma rede de apoio a seu pleito por reformas nas estruturas de poder e governança global, e na luta política pela redução das assimetrias regionais passando a ser denominado na academia de autonomia pela diversificação” (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p. 245).

Segundo Lyrio; Pontes (2016) o país formou diferentes grupos de negociação com o Sul Global, como IBAS⁵⁵, G-20⁵⁶, BRICS⁵⁷, UNASUL⁵⁸ e CELAC⁵⁹, além do estabelecimento de mecanismos inter-regionais com a África⁶⁰ e com os países árabes⁶¹. De acordo com o Ministro Celso Amorim (2015) e o Secretário-Geral das Relações Exteriores Samuel Pinheiro Guimarães (2005), o objetivo principal da diplomacia brasileira no século XXI era de “(...) conseguir uma participação mais ativa na formulação e aplicação das normas internacionais, e contribuir para a desconcentração de poder e redução das assimetrias nos organismos internacionais⁶²” (MOREIRA JÚNIOR, 2020 p. 243). Por isso:

As relações do Brasil diversificaram-se e o qualificaram como um ator verdadeiramente global, expandindo seu comércio exterior, possibilitando que se tornasse um prestador de cooperação e robustecendo seu diálogo político com países e os mais diversos grupos (LYRIO; PONTES, 2016, p. 128).

É claro que todo esse movimento desperta opiniões domésticas não uniformes. Por um lado, existe a opinião conservadora que se opõe ao abandono da tradição de não-intervenção, porém outros círculos progressistas, tanto intelectuais quanto políticos, apoiaram esse envolvimento mais ousado e comprometido na América Latina, com vistas a construção de

⁵⁵ Índia, Brasil e África do Sul.

⁵⁶ Fórum que promove debate aberto e construtivo entre países industrializados e emergentes sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica global.

⁵⁷ Brasil, Rússia, Índia China e África do Sul

⁵⁸ Bloco composto pelos doze países da América do Sul. Seu objetivo é promover a integração econômica, social, cultural e política de seus países-membros.

⁵⁹ Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - organismo internacional, herdeiro do Grupo do Rio e da Calc, a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento.

⁶⁰ Cúpula América do Sul-África.

⁶¹ Cúpula América do Sul-Países Árabes.

⁶² Esses movimentos garantiram a conquista de posições de liderança em organismos multilaterais, “dos quais podemos destacar as eleições do diplomata Roberto Azevêdo como Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), do professor José Graziano como Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do ministro Paulo Vannuchi para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA)” (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p. 245).

uma estratégia regional-global, cada um sempre procurando um denominador comum máximo (SALOMÓN, 2011).

Ao mesmo tempo em que se transformou a conquista social num atributo da política externa, buscou-se combinar um espaço próprio da presidência com os recursos institucionais e profissionais do Estado brasileiro. Ampliou-se também, a dimensão inter-burocrática da diplomacia por via de novas redes de interconexão inter-ministeriais, bem como a base societal da inserção internacional brasileira (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013).

No que tange à constituição de uma agenda de política externa nos ministérios domésticos e nas empresas estatais, é importante atentar para o risco de ativação de disputas inter-burocráticas; a crescente pluralização de divisões dentro da burocracia diplomática, numa tentativa de resposta à diversidade da agenda e a pluralização de atores com objetivos de coordenação, que pode igualmente ativar disputas intra-burocráticas, além de um inchamento da burocracia sem, necessariamente, ser uma contrapartida eficaz (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013).

Ainda que reformuladas, as relações com os EUA e com a União Europeia, também foram mantidas à uma equidistância que ressalta relações amigáveis e que cultivam trocas comerciais (HIRST et al, 2006). Sobre isso:

(...)o governo(...) têm focado a agenda brasileira na combinação dos eixos horizontal e vertical. Inclusive, o poder de barganha frente ao eixo vertical e aos EUA tem se mostrado crescente. A política externa do século XXI transforma e atualiza o passado ao mesclar equilibradamente as dimensões Norte-Sul e Sul-Sul. Porém, esta não é uma tarefa fácil (PECEQUILO, 2008, p. 136).

2.2 Adensamento das relações sino-brasileiras

No século XXI, a China precisa significativamente adquirir *commodities* para abastecer sua base industrial em rápido crescimento, para alimentar sua população e conquistar novos mercados (KOTSCHWA, 2014). Já o Brasil tem diversas pautas que disputam prioridade, mas dentre elas, a busca pela autonomia internacional se destaca.

Ambos anseiam pelo rápido desenvolvimento econômico e tecnológico, industrialização moderna e um assento à mesa das tradicionais potências do mundo (GALLAGHER, 2016). Pela convergência de interesses, a parceria comercial entre ambos se atraiu. Suas relações foram cultivadas sob os princípios de não intervenção e respeito mútuo, e desde a primeira década dos anos 2000, o Brasil se tornou um destino importante para os investimentos estrangeiros diretos chineses. Isso aconteceu pois, uma das

vantagens de ser um país *global trader*⁶³, é a possibilidade de aproveitar que existe sempre cliente com mercados em expansão (BARROS, 2010). Essa é uma das razões pelas quais a nação brasileira enfrentou razoavelmente bem⁶⁴ a crise financeira internacional de 2008, pois o período trouxe implicações importantes para o comércio sino-brasileiro.

Em 2009, a China tornou-se o maior comprador do Brasil, “(...) desbancando os Estados Unidos que figuravam como principal parceiro e destino dos produtos brasileiros desde 1930 (...)” (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p.241), impulsionando dessa forma, o agronegócio, mesmo em período de recessão mundial.

No ano 2000, a China era o 12º destino das vendas do Brasil para o exterior, com participação de aproximadamente 2% e embarques que somavam pouco mais de US\$ 1 bilhão. (...) cerca de uma década depois, as vendas para a China chegaram a US\$ 30,7 bilhões, o equivalente a 15% dos embarques (CARRIELO, 2021, p. 15).

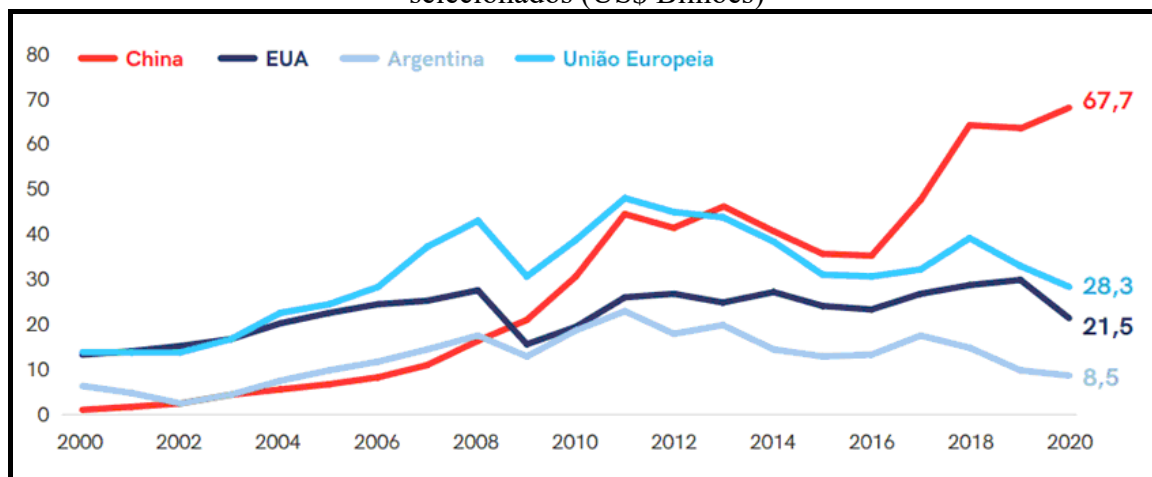
De formas diferentes, Brasil e China saíram da crise com peso relativamente fortalecido e foram confiados a assumir maiores responsabilidades em grandes temas da agenda internacional, sendo protagonistas no Brics e G20, demonstrando que um novo pólo de poder mundial pode emergir (HOLANDA, 2016).

Tal parceria não foi apenas momentânea. Mais recentemente “em 2019, dez anos após se tornar o principal destino das exportações do país, a China foi responsável por consumir 28% dos produtos exportados pelo Brasil, mais do que o dobro do que os 12,5% que tiveram como destino o mercado norte-americano (...)” (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p.241). Tal fenômeno, é possível ser observado nos gráficos 1 e 2 a seguir

⁶³ País de economia aberta que negocia com o mundo todo.

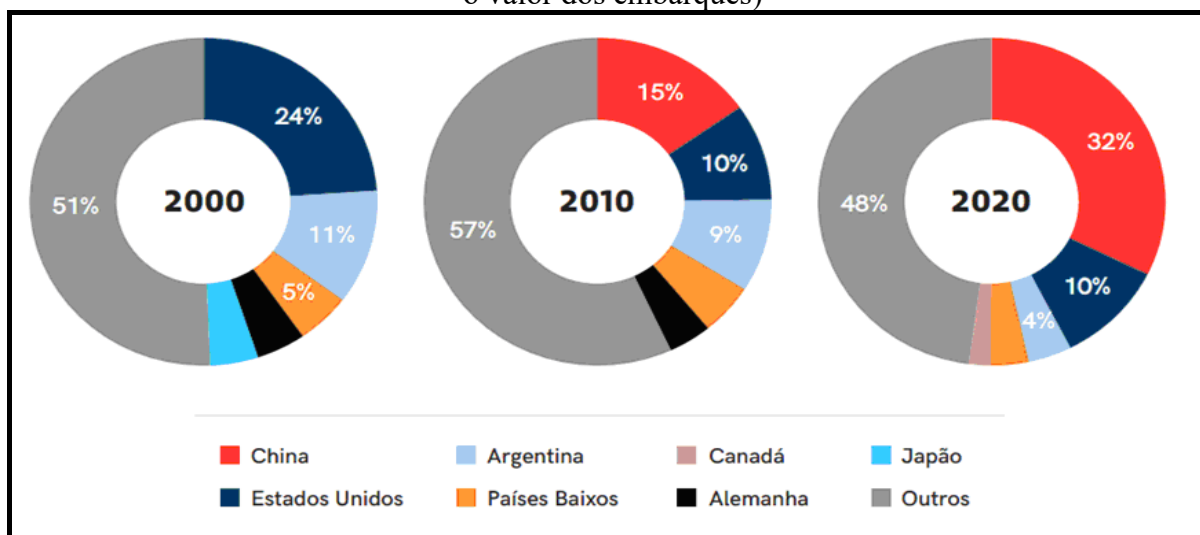
⁶⁴ “O crescente setor de commodities teve uma franca expansão e atraiu mão de obra, o que ocasionou uma elevação dos salários e do emprego. A demanda por mais trabalhadores também se espalhou para outros setores, como o de construção. Ao mesmo tempo, as receitas públicas aumentaram, o que apoiou a elevação do investimento público e estimulou a geração de empregos”. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2018/06/20/blog-how-the-commodity-boom-helped-tackle-poverty-and-inequality-in-latin-america> Acesso em: 20 Mai.2022

Gráfico 1 - Evolução das exportações do Brasil para a China e parceiros comerciais selecionados (US\$ Bilhões)



Fonte: Ministério da Economia/Comex Stat (2020)

Gráfico 2 - Evolução dos principais destinos das exportações do Brasil (Em % considerando o valor dos embarques)



Fonte: Ministério da Economia/Comex Stat (2020)

Tais números foram mobilizados para oferecer ao leitor a dimensão do peso que a China passou a movimentar na dinâmica da economia brasileira. Salientando um posicionamento da PEB que entende a prioridade de diversificar suas parcerias e ser relevante internacionalmente para múltiplos países, sendo assim:

O crescimento da importância da China como mercado de destino foi acompanhado pelo aumento da importância de outros mercados não tradicionais como Índia, Rússia, países do Oriente Médio e África, no bojo de um processo de crescente diversificação de mercados. Por outro prisma, o ganho de participação da China contrasta com a perda de espaço dos Estados Unidos e da União Europeia, que juntos representavam mais de 50% do total das exportações brasileiras em 2000 e passaram a representar cerca de 30% em 2011 (HIRATUKA, SARTI, 2016, p. 87).

A sinergia sino-brasileira se tornou mais formalizada através do Brics, onde buscam ajustes na ordem internacional liberal, propondo alternativas⁶⁵ às instituições existentes, comprometidas em estabelecer seus interesses e necessidades (MARES E TRINKUNAS, 2016).

Por isso, a disposição que o Brasil estabeleceu através de esforços da PEB motivada por estreitar alianças Sul-Sul no século XXI, abriu portas para se conectar com a China principalmente através de trocas comerciais e investimentos, os quais a corrente comercial aponta recordes históricos chegando a US\$ 135,4 bilhões em 2021⁶⁶, saltando 130% comparado à 2016. Esses expressivos números sinalizam também às grandes potências convencionais, que os Estados em ascensão têm capacidade e consciência de alcançar o que necessitam. No que diz respeito à orientalização da PEB, Barbosa (2008) cita que especialmente no governo Lula, pode-se observar a partir de uma análise dos protocolos bilaterais firmados, que:

Entre 1º de janeiro de 2003, data em que Lula assumiu a presidência, até dezembro de 2006, entraram em vigor 22 acordos nas áreas de ciência e tecnologia, esportes, transportes, padrões sanitários e fitossanitários, vistos, cooperação industrial, comércio, educação e infraestrutura. Nove desses acordos foram assinados durante a visita presidencial à China em maio de 2004, oito durante a visita do presidente chinês Hu Jintao ao Brasil em novembro de 2004, cinco ao longo de todo o ano de 2005, apenas um em 2006 e nenhum em 2007 e 2008 (BARBOSA, 2008, p. 47-48).

O movimento brasileiro que passou a visar um estreitamento das relações diplomáticas com a China foi também demonstrado através de posicionamentos convergentes⁶⁷ em fóruns multilaterais e ao anúncio do reconhecimento da China como economia de mercado logo no início do século. Esses gestos foram também impulsionados por atores domésticos, como empresas que visavam interesses comerciais. Entre eles encontram-se principalmente os setores exportadores de produtos básicos como alimentos, café, carne, celulose, óleo vegetal, madeira e também bancos, empresas de transportes e tradings, organizando até mesmo um Conselho Empresarial Brasil-China (BARBOSA, 2008).

Para esses setores, o comércio bilateral foi próspero, “Em 2020, 82% das vendas vieram de atividades da indústria extrativa e agropecuária. Soja, minério de ferro e petróleo responderam por 75% do total embarcado – quadro recorrente desde o início dos anos 2000” (CARRIELO, 2021, p.16).

⁶⁵ Como o Banco de Desenvolvimento do BRICS (alternativa para o Banco Mundial) e o Arranjo de Reservas de Contingência (alternativa para o Fundo Monetário Internacional).

⁶⁶ Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2022/01/07/comercio-bilateral-bate-recordes-e-brasil-atinge-superavit-historico-de-us-40-bilhoes-com-a-china/> Acesso em: 10 mai. 2022

⁶⁷ “(...) Como a Comissão de Direitos Humanos da ONU. Em 2004, o Brasil votou a favor de uma (...) resolução que encorajava a China a permitir a visita de relatores e cooperar com a comunidade internacional em questões de direitos humanos (BARBOSA, 2008, p.48).

Entretanto, desde aproximadamente 2005, outros grupos empresariais demonstraram insatisfação (BARBOSA, 2008).

Sobre isso Hiratuka, Sarti (2016) relatam:

Do ponto de vista das exportações, predomina o efeito favorável das quantidades e dos termos de troca sobre as *commodities*. Por conseguinte, nas importações, verifica-se um crescimento intenso das importações de produtos manufaturados, com uma competição crescente no mercado brasileiro de produtos originários da China, tanto com produtos originários de outros países quanto com as manufaturas produzidas localmente (HIRATUKA, SARTI, 2016, p. 86).

Segundo Moreira Junior (2020) a admissão da China à economia-mundo capitalista, efetivada principalmente após sua admissão na OMC, trouxe novas acomodações na divisão internacional do trabalho, as quais impactam na dinâmica das relações econômicas internacionais. Alguns setores industriais brasileiros que haviam se beneficiado da estabilidade macroeconômica, como os têxteis, de vestuário, calçados, brinquedos e materiais de construção civil, por exemplo, “(...) foram praticamente dizimados pela concorrência chinesa” (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p.254).

A desmobilização de setores industriais, bem como a persistente falha na política industrial, entre outros fatores, revela a incapacidade da indústria nacional de manufaturados em concorrer no mercado internacional (MELO; AMARAL FILHO, 2015).

Portanto, conforme opina Moreira Júnior (2020) ainda que o Brasil tenha desenvolvido uma parceria com a China, internamente o país:

“(...) não construiu mecanismos capazes de diversificar os fluxos de comércio, garantir significativa modernização do parque industrial nacional com a ampliação dos investimentos e estabelecer cadeias produtivas que rendessem ao país produtos de maior valor agregado em sua pauta exportadora (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p. 254).

Com isso, representantes de setores afetados com o aumento das importações chinesas, organizaram-se e exerceram pressão no governo na tentativa de se salvaguardar. Isso demonstra que a orientalização da PEB não é isenta de problemas. A ascensão chinesa para o Brasil chama atenção mais uma vez que o país necessita de uma revisão global da própria estratégia de desenvolvimento do país a longo prazo (BARBOSA, 2008).

A China também passou a figurar, ao lado dos Estados Unidos, como principal fonte dos produtos importados pelo Brasil. No topo dos produtos exportados pelos chineses para nossas empresas estão equipamentos de alta tecnologia das áreas de informática e telecomunicações, assim como máquinas e acessórios para produção industrial. Essa disparidade entre o perfil de produtos importados da China e exportados para a China indica os termos de nossa relação comercial hoje, semelhante àquela estabelecida com os norte-americanos ao longo das últimas décadas (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p. 255).

Sendo o Brasil especializado na agroexportação, Arend (2013 p. 21) observa que “A economia brasileira não está excluída das cadeias globais de valor, todavia não se apresenta como exportadora de produtos com maior valor adicionado e ocupa um lugar de fornecedora de matérias-primas para outros países adicionarem valor.”

Outro desafio é que as exportações industriais não acompanham o ritmo de crescimento das exportações de *commodities*, devido ao baixo componente tecnológico nas cadeias de recursos naturais (BARROS, 2010) e “um país que figura entre as dez maiores economias, os dez maiores territórios, e as dez maiores populações do mundo não deveria ser tão suscetível aos constrangimentos sistêmicos” (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p. 256).

É importante considerar que a presença chinesa como principal comprador dos produtos brasileiros deve bater novos recordes para os próximos anos, porém, a falta de diversificação na pauta e no destino das exportações é algo delicado. Nesse sentido, o sócio diretor e assessor econômico da *Global Financial Advisor*, Miguel Daoud, opina que ao mesmo tempo essa relação é promissora, como qualquer outra nessa mesma situação, também pode ser preocupante, uma vez que o Brasil fica sujeito principalmente às demandas de importações de um país e os preços das *commodities* podem oscilar (BRASIL, 2021). Apesar disso, Daoud salienta que buscar outros mercados neste momento é muito difícil, pois nenhum país possui uma demanda como a China, ainda que essa estratégia possa garantir uma segurança maior ao Brasil.

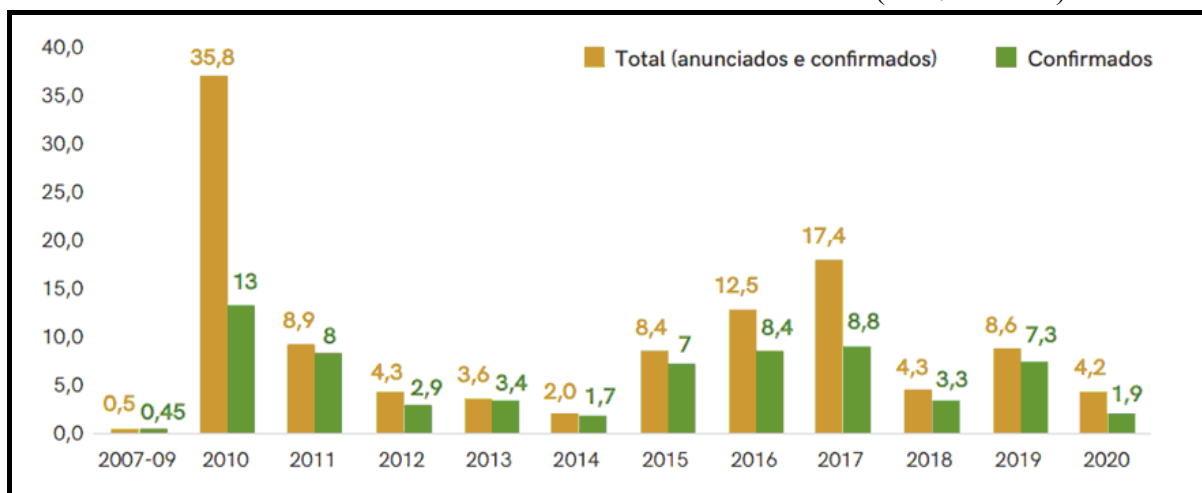
Em consonância, o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, vê que o Brasil precisa melhorar a competitividade da sua indústria, para conseguir ganhar mercados com produtos de maior valor agregado percebendo que “sem ficar competitivo em produtos de maior valor agregado, o Brasil não conseguirá ganhar peso internacional” (BRASIL, 2021).

Ainda que o agronegócio possa ser considerado um setor razoavelmente resistente⁶⁸ a crises e contratempos, ele não está completamente imune aos acontecimentos externos. Sendo o setor mais importante para o Brasil, torna-se essencial que este não perca a relevância no cenário mundial perante, principalmente, a mercados relevantes e promissores. Seria propício, por exemplo, direcionar investimentos para a industrialização dos produtos agrícolas e implementar uma estrutura logística para agregar valor à produtos como soja, milho e carne, por exemplo (BRASIL, 2021).

⁶⁸ Uma vez que os produtos fornecidos são indispensáveis para a existência humana atualmente.

Vale ressaltar que a capacidade brasileira de suprir o apetite chinês pelas *commodities* garantiu, especialmente desde 2010, um surpreendente volume de empreendimentos chineses no Brasil. Sobre isso, “(...) o Estado chinês é o maior investidor dentre as empresas do país que ingressaram no Brasil, com 82% do valor de todos os aportes confirmados até 2020” (CARIELLO, 2021, p.66). No gráfico 3 abaixo, é possível perceber essa afirmação:

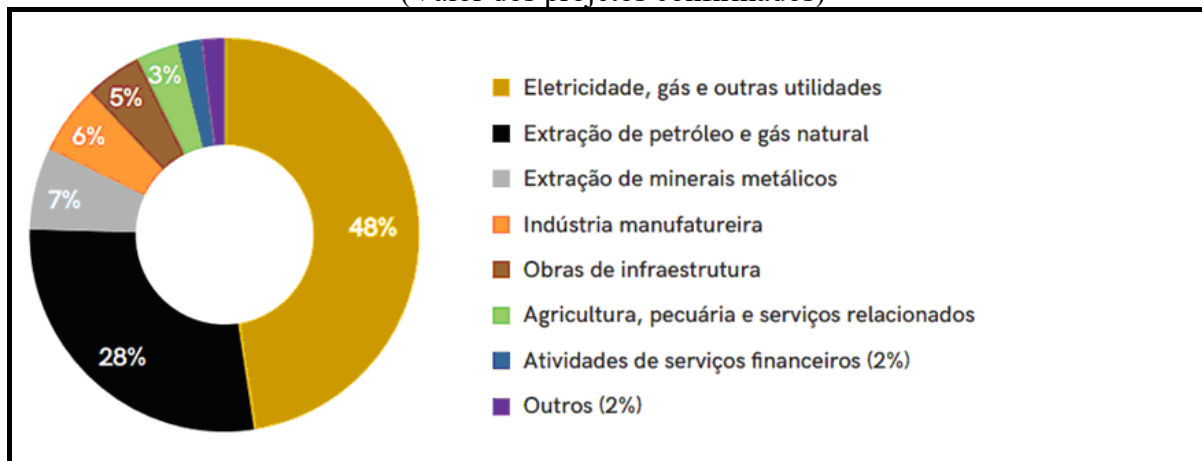
Gráfico 3 – Fluxo de investimentos Chineses no Brasil (US\$ Bilhões)



Fonte: Adaptado de CEBC – Conselho Empresarial Brasil – China (2020)

Como citado, para priorizar o desenvolvimento econômico do Brasil seria necessário alocar esses investimentos para agregar valor aos produtos e em tecnologia brasileira. No entanto, ao analisar os setores que recebem a maior parte dos investimentos diretos, interpreta-se que a China prioriza a sua garantia de fornecimento a longo prazo de *commodities*, visto que a maioria de suas aplicações são destinadas especialmente ao setor agrícola, ao de exploração de petróleo e à extração de minerais (MOREIRA JÚNIOR, 2020). O gráfico 4 a seguir, mostra essa divisão setorial dos investimentos Chineses no Brasil:

Gráfico 4 - Divisão Setorial dos investimentos Chineses no Brasil, 2007 – 2020
(Valor dos projetos confirmados)



Fonte: Adaptado de CEBC – Conselho Empresarial Brasil – China (2020)

Os demais tipos de investimentos segundo Moreira Júnior (2020) podem representar que os chineses:

Também passaram a ter como estratégia a constituição de uma plataforma de exportações direcionada para toda América Latina a partir do Brasil, canalizando investimentos em áreas como: indústria de produtos químicos, indústria alimentícia, fábricas de equipamentos de informática e materiais elétricos, indústria de máquinas e de equipamentos. Nos anos mais recentes, indústrias chinesas entenderam que o mercado consumidor brasileiro poderia ser uma nova porta a ser explorada, desse modo, uma nova natureza de investimentos foi realizada nas áreas de telecomunicações, eletricidade e gás, atividades imobiliárias, instituições financeiras, serviços de tecnologia e setor automotivo (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p. 244).

Com dificuldades internas relacionadas a instabilidade política, principalmente desde 2013, a economia brasileira sofre com impactos provocados por ajustes fiscais, e este vácuo foi aproveitado pelo capital chinês, o qual financia infraestrutura nacional, em campos especialmente de exploração de petróleo, adquire hidrelétricas, e investe em rodovias, portos e aeroportos e a compra massivamente terras (MOREIRA JÚNIOR, 2020).

Sobre isso, a percepção do governo brasileiro parece entender que a aliança bilateral com a China pode ser promissora no que tange aos investimentos e exportações de recursos naturais e também na área de ciência e tecnologia (BARBOSA, 2008), porém Yang (2020) nota que falta a demonstração de interesses estratégicos permanentes.

O Brasil aposta no continente asiático a partir de uma perspectiva de longo prazo, entendendo a ascensão da região da Ásia-Pacífico como um “importante polo da economia mundial e com crescente influência política nos temas globais” (SERRA, 2016, p.11). Sendo isso, um fenômeno que se acredita ser definidor para a nova configuração internacional que se descortina no século XXI.

Se as decisões dos líderes brasileiros persistirem em permitir que o país continue adentrando em um processo de desindustrialização e retome um padrão de crescente primarização da pauta exportadora, será difícil projetar-se como um ator global relevante e autônomo.

A orientalização da PEB em si não é problemática. Por um lado, encontrou novos mercados que instigam a exportação brasileira e parceiros que inauguram parcerias e blocos internacionalmente relevantes. Por outro, salienta que é preciso instituir um desenvolvimento que aspire uma nova posição na divisão internacional do trabalho, para que o país consiga reduzir as disparidades internas e externas, para então aproveitar das “(...) transformações conjunturais pelas quais passará o Sistema Interestatal na esteira das revoluções tecnológicas

assistidas pela economia-mundo capitalista nos anos vindouros (MOREIRA JÚNIOR, 2020, p.257).

Por isso, Flesher (2010) analisa que o Brasil dispõe de restrito número de alternativas no que diz respeito às opções de escolha sobre a orientação de sua política externa, uma vez que o país nunca conseguiu terminar o seu projeto de desenvolvimento. A aproximação com a China foi uma oportunidade que se despontou apenas permitida por decisões que não se encontram num vácuo histórico.

A falta de conhecimento mútuo é um grande desafio a ser superado. Para que o Brasil aumente seu mercado na Ásia, é preciso que as populações não tenham como único ponto de contato, a mídia, que por muitas vezes ressalta os desconfortos diplomáticos os quais não representam a imagem que uma nação como um todo tem da outra, mas sim, apenas de figuras isoladas, podendo provocar impasses comerciais, barreiras fitossanitárias e sentimentos desconfortáveis entre as populações. De fato, o Brasil vivenciou nos últimos séculos, uma forte presença de elementos europeus⁶⁹, e mais recentemente, norte-americanos⁷⁰. Porém, atualmente a comunidade convive também com a projeção de *soft power* oriental. Essa constatação é reforçada por Khanna (2019) ao relatar que no século XIX, o mundo se europeizou, no século XX, foi americanizado e o século XXI será asiático.

Especialmente desde 2010, jogos, quadrinhos, mangás, animes, filmes, séries, doramas, k-pop, cosplay e o que mais a imaginação permitir, têm conquistado principalmente os jovens, trazendo um estilo de vida, moda e apreço pela culinária coreana, japonesa e chinesa, difundidos através principalmente pela internet, apresentando uma cultura oriental mais presente no cotidiano brasileiro (KHANNA, 2019). Ainda que essa aproximação cultural envolva elementos principalmente coreanos e japoneses, destaca-se uma simpatia brasileira pela cultura oriental de modo geral, ainda que não especificamente e individualmente chinesa.

Campbell (1997) sugere que a população estrangeira tem um interesse genuíno e natural sobre a cultura oriental. Dessa forma, entende-se que o deslocamento da filosofia tradicional ocidental por uma outra que é essencialmente oriental na sua natureza, demonstra que há um fenômeno de orientalização ocorrendo no aspecto cultural no mundo e no Brasil. Nesse sentido, ele é identificado através do apreço pelo entretenimento, esporte, idioma, viagens, crenças e muitos outros elementos que vêm despertando os interesses dos brasileiros de forma orgânica.

⁶⁹ Como o próprio idioma português, por exemplo, o catolicismo e a literatura.

⁷⁰ Indústria cinematográfica, o estilo de vida americano (*american way of life*), apreço por determinados esportes e muitos outros.

A construção de um novo relacionamento com a China tornou-se importante. Mesmo diante da influência chinesa em contatos culturais recentes, assim como algumas heranças coloniais em comum, é preciso considerar que as nações se desenvolveram com base em modelos de referência distintos. A possibilidade de estreitar laços culturais por meio da busca de heranças históricas pode ser um caminho facilitador.

No que diz respeito à equidistância pragmática, com o governo de Joe Biden, os Estados Unidos podem estar inclinados a priorizar o clima, pressionando outros países para adotarem políticas orientadas à sustentabilidade, isso pode ser benéfico para o Brasil, uma vez que manifestar esforços sobre o meio ambiente pode melhorar a relação entre o Brasil, Estados Unidos e China.

A tendência é que o desenvolvimento sustentável seja progressivamente relevante, com consumidores mais bem instruídos e mais exigentes, quanto à produção das *commodities* e seus impactos ambientais, se tornando cada vez mais importante para as decisões dos países perante a comunidade internacional.

Ainda sobre essa questão, vale relembrar que tanto o comércio quanto os investimentos externos chineses, devem estar cada vez mais sujeitos a regras mais rígidas de governança ambiental, sendo assim, corporações e nações mais comprometidas e desenvolvidas nesse quesito, poderão obter maior competitividade e atenção do mercado.

Para a ascensão ainda mais relevante da China como potência, apesar dos prognósticos positivos, segundo Monteiro (2018), a China ainda possui muitos desafios a enfrentar. Por um lado, o governo chinês é insuficiente com relação à transparência, pautado pelas censuras observadas e mantido pela supressão da liberdade de expressão. Elementos relevantes como esses podem causar desconfortos na Sociedade Internacional, causando receio e talvez até atraso no seu avanço como novo líder global. Mas como já citado, projeções entendem o caráter de um novo cenário internacional com ordem multiplex, a qual não confere à um único Estado a hegemonia.

2.3 O governo que coleciona ataques à China

Sob a gestão de Jair Bolsonaro houve uma exploração de caminhos divergentes da PEB delineada pelas últimas décadas. Logo em seus primeiros anos de governo, as suposições e falas do presidente e de figuras relevantes junto ao seu mandato, arriscaram arrastar o Brasil para conflitos com nações com as quais mantemos relações de amizade e interesse mútuo, dentre elas principalmente a China.

Por razões ideológicas e contrárias ao pragmatismo construído pelo corpo diplomático brasileiro durante décadas, a conduta do governo Bolsonaro fez a PEB ter o aspecto de que passou de defensora da integração regional à adepta de aventuras que abdicam da capacidade de defender⁷¹ os próprios cidadãos (SARAIVA; SILVA, 2019).

“Em um mundo em que há crescente competição e disputa por espaços, o Brasil não pode dar-se ao luxo de limitar suas relações a grupos específicos de países” (LYRIO; PONTES, 2016, p.139). Sendo assim, o adensamento de relações tanto com os países desenvolvidos quanto com os em desenvolvimento é essencial, principalmente no que diz respeito a coordenar com mais facilidade os posicionamentos em foros multilaterais e ampliação de mercados para as exportações brasileiras.

Nesse sentido Lyrio e Pontes (2016) relatam:

O Brasil deverá, portanto, seguir adensando suas relações com países da África, Oriente Médio e Ásia, além de buscar aprofundar seus laços com os países desenvolvidos no campo comercial e em setores estratégicos para o nosso desenvolvimento, tal como educação e ciência, tecnologia e inovação (LYRIO, PONTES, 2016, p.139)

Porém, segundo Stuenkel (2020), a fidelidade de Jair a Trump prometeu um alinhamento direto entre Brasil e Estados Unidos em detrimento aos demais parceiros internacionais, fazendo isso, contradiz-se o princípio universalista da PEB e sua consequente capacidade de abrir diálogos e construir pontes com diferentes países.

Apesar de todas as concessões feitas por Bolsonaro, Trump impôs tarifas abusivas sobre aço, alumínio e etanol brasileiros, e o comércio foi afetado, de acordo com Roberto Abdenur⁷², ex-embaixador brasileiro na China e nos Estados Unidos, em uma postura de subserviência.

A maneira como os assuntos internacionais estão sendo tratados nessa gestão propiciaram custos antes não previstos ao Brasil, como o colapso da credibilidade externa⁷³, perda de mercados⁷⁴ e fuga de capitais⁷⁵. Admirado no campo do ambientalismo desde a Rio-92 e há muito visto como líder em desenvolvimento sustentável, o Brasil agora figura como

⁷¹ Colaborando, por exemplo, para deportação em condições desumanas de trabalhadores brasileiros dos Estados Unidos e a retirada do corpo diplomático e consular brasileiro da Venezuela.

⁷² Entrevista disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/cresce-a-dependencia-do-brasil-para-a-china/> Acesso em: 25 mai. 2020

⁷³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-13/imagem-do-brasil-derrete-no-exterior-e-salienta-crise-etica-e-de-falencia-de-gestao-com-bolsonaro.html> Acesso em: 20 mai. 2022

⁷⁴ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/intervencao-de-bolsonaro-na-petrobras-custou-cerca-de-400-bilhoes-de-reais/> Acesso em: 20 mai. 2022

⁷⁵ Disponível em: <https://ctb.org.br/mg/2021/01/22/bolsonaro-provoca-fuga-de-capitais-e-de-empresas/> Acesso em: 20 mai. 2022

uma ameaça para si e para os outros devido à contínua destruição da Amazônia e ao agravamento do aquecimento global⁷⁶.

Dentre os principais atores que tiveram espaço a opinar e participar da PEB nesse período destaca-se especialmente, o Presidente Jair Bolsonaro, o ex Chanceler Ernesto Araújo, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, o vice-presidente Hamilton Mourão e o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho (SARAIVA; SILVA, 2019).

Os seguidores de Olavo de Carvalho, representante do conservadorismo brasileiro com expressiva influência na extrema-direita do Brasil, incitaram duros ataques na relação Brasil – China (SIQUEIRA, 2020). Em março de 2020, o filho do presidente, deputado federal Eduardo Bolsonaro, usou o *twitter* para acusar o PCC como culpado pelo coronavírus. A China, que já estava atenta desde a campanha presidencial - que indicava uma aproximação assídua com os EUA- respondeu através de seu embaixador Yang Wanming, alertando que tais manifestações poderiam "ferir a relação amistosa China-Brasil" seguido de "as suas palavras são um insulto maléfico contra a China e o povo chinês". Tal atitude flagrante antiChina não condiz com o seu estatuto como deputado federal, nem a sua qualidade como uma figura pública especial⁷⁷.

Em abril de 2020, Ernesto Araújo denunciou a crise do Covid-19 como "plano comunista", incitando conspirações de tentativa de dominação mundial chinesa. Ainda em abril, Araújo criticou os 30 anos de globalização que permitiram a ascensão chinesa. No mesmo mês, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub ridicularizou o sotaque asiático que também despertou os nervos da Embaixada chinesa.

Em novembro de 2020, Eduardo Bolsonaro continuou os ataques supondo que empresas chinesas praticavam “espionagem cibernética e defendeu a iniciativa dos EUA de criar uma aliança internacional que discrimina a tecnologia 5G da China” e repudiou "entidades classificadas como agressivas e inimigas da liberdade, a exemplo do Partido Comunista da China". A embaixada chinesa então advertiu:

“Na contracorrente da opinião pública brasileira, o deputado Eduardo Bolsonaro e algumas personalidades têm produzido uma série de declarações infames que, além de desrespeitarem os fatos da cooperação sino-brasileira e do mútuo benefício que ela propicia, solapam a atmosfera amistosa entre os dois países e prejudicam a imagem do Brasil. Acreditamos que a sociedade brasileira, em geral, não endossa nem aceita esse tipo de postura. Instamos essas personalidades a deixar de seguir a retórica da extrema direita norte-americana, cessar as desinformações e calúnias sobre a China e a amizade sino-brasileira, e evitar ir longe demais no caminho

⁷⁶ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/01/4902354-com-desgaste-da-imagem-na-externo-brasil-tem-ainda-mais-desafios.html> Acesso em: 20 mai. 2022

⁷⁷ Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/governo-coleciona-ataques-a-china-e-brasil-fica-sem-vacinas-14052021> Acesso em: 20 mai. 2022

equivocado, tendo em vista os interesses de ambos os povos e a tendência geral da parceria bilateral. Caso contrário, vão arcar com as consequências negativas e carregar a responsabilidade histórica de perturbar a normalidade da parceria China-Brasil” (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2020, s/p)

Araújo utilizou a estrutura do Itamaraty para defender o filho do presidente. Não satisfeitos, ainda em maio de 2021, suposições feitas publicamente por Jair Bolsonaro também insinuavam⁷⁸ que a China teria criado o vírus em laboratório, causando uma guerra bacteriológica e que o gigante asiático estaria inflando seu PIB, Paulo Guedes, seu então ministro da economia, concordou com a manipulação do vírus e ainda salientou que os chineses não tiveram a capacidade de fazer vacinas mais eficazes que os EUA⁷⁹.

A postura extremamente desrespeitosa dos políticos teve seguimento, quando Bolsonaro indicou⁸⁰ que os brasileiros não teriam a CoronaVac uma vez que o medicamento não era seguro devido a "sua origem" (chinesa), descredibilizando os esforços para conter a pandemia e legitimando comportamentos radicais e preconceituosos entre os cidadãos.

Sob condição de anonimato, um diplomata do Itamaraty que representou o Brasília em Pequim salientou: “é como se o dono de uma loja cheia de dívidas resolvesse, sem motivo aparente, ofender seu principal freguês. Iria à falência em pouco tempo”⁸¹. De fato, as atitudes não pragmáticas podem custar ao Brasil avanços estratégicos econômicos e culturais, esses ataques podem motivar sérios atritos diplomáticos, desequilíbrio comercial e, com as populações bombardeadas por *fake news* e filtros de viés confirmatório, polarização aprofundada e disseminação de ódio.

Tensões diplomáticas podem gerar desconfortos econômicos como resposta, como o embargo à carne bovina brasileira em setembro de 2021, ainda que o governo tenha comprovado a regularização e demonstrado que não havia risco para a cadeia produtiva, de acordo com analistas políticos, a China manteve o embargo por três meses, dentre outros motivos, como retaliação aos atritos políticos⁸².

Sob essa atmosfera, outras personalidades do governo precisaram assegurar que os chineses não perdessem mais a paciência com o Brasil. Hamilton Mourão, vice-presidente, trabalhou assiduamente nos bastidores construindo uma poderosa coalizão, incluindo a

⁷⁸ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4922417-bolsonaro-insinua-que-china-pode-ter-criado-virus-para-guerra-quimica.html> em: 20 mai.2020

⁷⁹ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/guedes-diz-que-china-inventou-coronavirus-e-tem-vacina-menos-eficiente/> Acesso em: 20 mai.2020

⁸⁰ Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/61366> Acesso em: 20 mai.2020

⁸¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/cresce-a-dependencia-do-brasil-para-a-china/> Acesso em: 20 mai.2020

⁸² Disponível em: <https://revistarpanews.com.br/tensoes-diplomaticas-entre-brasil-e-china-impacto-nas-exportacoes-do-agronegocio-brasileiro/> Acesso em: 20 mai. 2020

indústria agrícola do Brasil, elites empresariais e governadores cujos estados dependem de investimentos chineses, para compensar a retórica anti-China de Bolsonaro e sublinhar publicamente a importância de fortalecer os laços bilaterais (SARAIVA; SILVA, 2019).

Esses atores, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, também têm desempenhado esforços para reaproximação da COSBAN⁸³. A ministra Tereza Cristina junto ao Ministério da Agricultura, criou⁸⁴ um Núcleo China, para cuidar das relações com o gigante asiático. A figura da ministra, junto aos militares, Câmara dos Deputados e “grupos – especialmente ligados aos interesses agropecuários – que sofreriam perdas econômicas com o avanço de pautas dos ideológicos” (SARAIVA; SILVA, 2019, p.118) representam os esforços pragmáticos da PEB.

Sob a análise de APE sugere-se a interpretação de que essa alteração da PEB aconteceu pela antipatia de figuras do governo que detiam artifícios poderosos para influenciar o processo de decisão. No entanto, é possível notar o deslocamento desse poder para outros indivíduos que interessam em manter as relações sino-brasileiras adensadas, por isso, “a necessidade de certa dose de pragmatismo no comportamento exterior não foi rachada” (SARAIVA; SILVA, 2019, p.119).

Esse jogo de forças demonstra que não cabe apenas à opinião pessoal do presidente e do ministro das relações exteriores, porque se sim, haveria um distanciamento e desalinhamento com os chineses muito mais agravados (SARAIVA; SILVA, 2019).

Sobre a PEB de 2019 até 2022, em entrevista, Roberto Abdenur analisa:

O que houve nos dois anos de Bolsonaro é que o Brasil não teve, a rigor, uma política externa. Houve uma destruição da diplomacia. As coisas de que falam o chanceler, Ernesto Araújo, e os assessores da ala ideológica são devaneios, uma nuvem de teorias da conspiração. Chegamos a considerar as próprias Nações Unidas algo indesejável. Nos tornamos o único país do mundo que ataca o multilateralismo (GAVRAS; ASSIS, 2021, s/p).

Para a esperança brasileira, de acordo com Stuenkel (2020) a estratégia chinesa é orientada por investimentos no Brasil de longo prazo, e o líder chinês entende que governos começam e acabam, sendo mais importante manter a relação harmoniosa entre os dois países, que já vem de muito tempo e historicamente sem atritos. Portanto, as ações dos grupos de interesses brasileiros indicaram mais continuidade do que ruptura na amizade entre os países, ainda que vivenciando momentos delicados.

⁸³ Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, principal mecanismo de coordenação da relação bilateral entre o Brasil e a China desde 2004.

⁸⁴ Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/02/11/ministerio-cria-o-nucleo-china.ghml>
Acesso em: 22 mai. 2022

Apesar das questões diplomáticas, existem grupos de interesse atuantes e setores brasileiros que salvam o país de possíveis rupturas comerciais. Resgatar os compromissos universalistas e de integração da PEB exigirá o retorno aos princípios constitucionais, racionalidade, pragmatismo, senso de equilíbrio, moderação e equidistância pragmática entre as potências (PUNTIGLIANO, 2008).

Diante do cenário de incertezas, é essencial que principalmente as empresas do agronegócio construíssem departamentos ou comitês que sejam especialistas em estratégias e geopolítica ou até mesmo que investissem em consultorias para analisar riscos e oportunidades mediante aos acontecimentos globais e diplomáticos. Confiando uma visão especializada, a qual prevê desafios e antecipa soluções, as decisões estratégicas podem minimizar grandes vulnerabilidades ocasionadas por conflitos diplomáticos. Ainda que essa medida não seja capaz de solucionar os desafios por si só, é uma iniciativa relevante.

Essa mudança de orientação internacional momentânea, para responder aos anseios do povo e às reais necessidades do Brasil, a política externa precisa que o poder executivo demonstre o comprometimento com a independência, soberania, dignidade e interesses do desenvolvimento nacional e não experiências de governos singulares, destinadas a despertar ânimos e exacerbar os preconceitos de uma minoria reacionária. Até porque, o Brasil “(...) preza desde sempre a promoção de uma política externa independente que privilegia o fórum internacional de negociações e a multilateralidade” (LIMA, 2016, p. 122).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a década de 1990 representou o retorno do bilateral-hemisférico, o século XXI trouxe a demanda de atualização da tradição global-multilateral. Tal atualização, conforme Percequillo (2008), trouxe uma evolução por meio da convergência dos níveis bi e multilateral da PEB, focando na ampliação e combinação das dimensões horizontais e verticais das parcerias estratégicas.

Embora esta interação não seja inédita na história diplomática os estudos de Percequillo (2008), Moreira Júnior (2020), Barbosa (2008) e Carrielo (2021) destacam no presente trabalho o movimento identificado no século XXI que dota estes intercâmbios de maior adensamento de relações sino-brasileiras, sendo possível constatar elementos na PEB que destacam esforços para nutrir o engajamento com a Ásia, e especialmente a China.

Quanto ao fluxo comercial os dados e gráficos dispostos no capítulo dois demonstram o extraordinário adensamento das relações econômicas sino-brasileiras. E no que diz respeito aos investimentos, grandiosos números foram apresentados no trabalho para reconhecer as enormes quantias que os chineses estão direcionando ao território brasileiro.

Concomitante a esses movimentos, a PEB direcionou esforços para manter uma cooperação bilateral que nutrisse essa relação, e se aproximou da China também em múltiplos momentos através da consolidação de blocos econômicos, criação de banco de desenvolvimento e fundo monetário e organizou posicionamentos convergentes em fóruns multilaterais.

São também influências para a PEB, dentro da Análise de Política Externa, as variáveis sistêmicas. A China se ascende no Sistema Internacional, se mundializa e cuida de seus interesses, estreitando relações com diversos países. Essa dinâmica chega até o Brasil, o qual interpreta essa relação como mutuamente benéfica em diversos momentos, porém, não isenta, claro, de também ressaltar problemas estruturais que os brasileiros precisam resolver.

A revisão de literatura permitiu identificar que essa aproximação muito interessa a grupos brasileiros específicos, destacando o agronegócio principalmente, mas também diversos outros ministérios, que junto ao poder executivo, buscam maximizar internacionalmente a autonomia estratégica brasileira, mantendo uma equidistância pragmática entre China e os Estados Unidos.

A orientalização da PEB, no entanto, não pode ser interpretada apenas como uma sequência de tomadas de decisão por grupos e indivíduos que se simpatizam com os asiáticos, pois, de acordo com Flemen (2010), o Brasil dispõe de restrito número de alternativas sobre a

orientação de sua política externa, pois o país nunca conseguiu terminar o seu projeto de desenvolvimento.

Isso acontece, segundo Barbosa (2008) e Moreira Júnior (2020), pois o país ocupa majoritariamente um lugar de fornecedor de matéria-prima. Por não ter um setor industrial de produtos manufaturados sólidos isso colabora para a vulnerabilidade aos acontecimentos sistêmicos e está sujeito a suprir matéria para que outros países as transformem em produtos de maior valor agregado.

No contexto da crise de 2008, a China encontrou no Brasil um grande parceiro comercial que o abasteceria de *commodities* e o Brasil entendeu essa parceria bilateral como benéfica principalmente no sentido econômico. Para abrir o leque de possibilidades para o Brasil, o país precisa agregar valor à sua produção, através principalmente de investimentos tecnológicos e se esforçar para diversificar sua produção de preferência para produtos de maior valor agregado.

Foi constatado também que no século XXI, o Brasil se esforça para projetar-se como potência. Ainda que tenha conseguido uma posição internacional mais relevante do que os séculos anteriores, engajando-se em diversos fóruns multilaterais e em pautas internacionalmente relevantes, esse caminho ainda não trouxe a ascensão que se esperava.

Conforme a hipótese inicial, o trabalho mostra que houve uma orientalização da Política Externa Brasileira devido aos esforços de cooperação mutuamente benéfica entre Brasil e China, os quais procuram benefícios a longo prazo, ainda que exista uma contraposição clara do governo Bolsonaro, a qual não foi suficiente para interromper o cultivo da relação. Stuenkel (2020) e Yang (2020) entendem que a abordagem da PEB não deve ser segmentada, reduzida a sentimentos ideológicos, mas sim, usada como meio para desenvolvimento estratégico da nação e construção de relações benéficas.

Como balanço geral, a cooperação cultural Brasil-China evidencia a importância da parceria para a consolidação dos interesses nacionais de ambos os países e para solucionar demandas internas. Os desafios são conhecidos e as possibilidades são promissoras. Ao menos o Brasil tem provado sua vocação para o diálogo e não para o choque cultural, se desconsiderarmos algumas ações de figuras do mais recente governo.

Assim como a cultura, a economia, a política e a sociedade estão nos mesmos jogos de interesses, uma talvez mais do que a outra, cada uma com o seu grau de importância nessa cadeia de poder. Consequentemente, o Brasil perde de ter uma pauta exportadora mais diversificada em relação a produtos manufaturados, na qual há mais perdas de

competitividade com o sistema mundial do que um decorrente processo de desindustrialização.

O Brasil, pode-se considerar como um país competitivo quando se trata das exportações de soja, a principal matéria-prima exportada do país, mas existem muitos obstáculos que precisam ser resolvidos para mantermos competitividade mundial. A abordagem que a China é um ator novo no Sistema Internacional e ainda mais recente na economia internacional, traduz a possibilidade de analisar a relação Brasil-China como sendo também embrionária, enfatizada neste século, mas com fases distintas, como por exemplo, o acesso da China à OMC em 2001, e ter se tornado em 2009 o principal parceiro comercial do Brasil.

Em última análise, a China protagoniza um crescimento que parece não cessar. O corpo diplomático brasileiro junto com diversos ministérios, agências e indivíduos interessados em assuntos internacionais entendem que China continuará a desempenhar um papel relevante no mundo e o adensamento de relações com o maior centro dinâmico da economia mundial pode trazer benefícios culturais, econômicos e diplomáticos para o Brasil, assim como já traz principalmente no que diz respeito ao fluxo comercial e de investimentos.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Roberto. Entrevista ex-embaixador na China Roberto Abdenur para CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/cresce-a-dependencia-do-brasil-para-a-china/>.2021 Acesso em 20.mai.2022

ACHARYA, A. **Global Governance in a Multiplex World**, EUI RSCAS Working Paper, Florence, n. 29, 2017a

ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003/2006)". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 49 (1), 2006.

AREND, Marcelo. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho**. IPEA, julho. de 2013.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MENDES, Ricardo Camargo. A Ascensão Chinesa e os Desafios da Política Externa Brasileira. **Nueva sociedad** 2008.

BATISTA, Ian R. Heterogeneidade estrutural nas relações internacionais da América Latina: Um olhar através dos paradigmas de integração regional. **Cadernos Prolam/USP**, vol. 16, n. 31, p. 5-29, 2017.

BARROS, José Roberto Mendonça. **The Impact of the International Financial Crisis on Brazil** (ARI) Disponível em: <https://www.realinstitutoelcano.org/en/analyses/the-impact-of-the-international-financial-crisis-on-brazil-ari/>. Acesso em 20.mai.2022

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Os dois métodos e o coração da teoria econômica, **Revista de Economia Política** 29 (2):163-190.2009

BRI aims for high-quality development. China Daily. Disponível em: <<https://www.chinadaily.com.cn/a/202001/22/WS5e2790f6a3101282172729f4.html>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. CEBC - Conselho Empresarial Brasil e China. **Dependência comercial do Brasil em relação à China é recorde e deve aumentar** 2021. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/02/18/dependencia-comercial-do-brasil-em-relacao-a-china-e-recorde-e-deve-aumentar/>. Acesso em 15. mar.2021

CAMPBELL, Colin. **A orientalização do Ocidente**: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.5-22 1997

CARIELLO, Tullo. **Investimentos Chineses no Brasil**: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020). 2021.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão et al. **As três camadas da política externa do governo Collor**: poder, legitimidade e dissonância. 2011.

CEPAL – **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe**. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br> Acesso em: 21. abr.2022

CINTRA, Marcos Antonio Macedo Organizador; SILVA FILHO, Edison Benedito da Organizador; PINTO, Eduardo Costa Organizador. **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. 2015.

COSTA, K.S. Organização Mundial do Comércio - OMC. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

COSTA, Alcides; INOUE Cristina Yumie Aok. Emrging **Donors in International Development Assistance: The Brazil Case**, Partership & Business Development Division (PBDD), International Development Research Centre (IDRC), 2007.

DOSSI, Simone. Italy-China relations and the Belt and Road Initiative. The need for a long-term vision. **Italian Political Science**, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2020.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL.**Declaração do porta-voz da Embaixada da China no Brasil sobre comentários difamatórios de um deputado federal brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cebr//por/sghds/t1835292.htm>. Acesso em 29.mai.2022

FARIA, C. A. P. de. As Organizações Internacionais como difusoras de políticas públicas. **Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD**, 7(13), 29–49.2018

FERREIRA, Marcos Alan S.V. **Análise da Política Externa em perspectivas: atores, instituições e novos temas**. João Pessoa: Ed UFBP, 2020.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 141-156, July 2010. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000100008>. Acesso em: 27 Jul. 2020.

FORMAN, M. J; & MYERS, E. **Olhando para fora: o engajamento externo brasileiro após Dilma**. Cadernos Adenauer xvii (2016), nº4

FRIEDEN. **Actors and preferences in international relations**. In Strategic Choice, eds. Lake and Powell, pp. 39-76.

FROIO, Liliana Ramalho. A Cooperação Cultural na estratégia de Política Externa Brasileira: O Caso Chinês. **Revista Política Hoje**. v.10, nº 2, 2010

FURTADO, Celso. Ministério da Cultura saiu na frente e fez sua reforma **Revista do Serviço Público**, Ano 43, v.115, n.6, p.04-07. 1986

GONZALEZ-VICENTE, Ruben. Make development great again? Accumulation regimes, spaces of sovereign exception and the elite development paradigm of China's Belt and Road Initiative. **Business and Politics**, v. 21, n. 4, p. 487-513, 2019.

GAVRAS. DOUGLAS; ASSIS, Francisco Carlos de. **Cresce a dependência do Brasil para a China**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/cresce-a-dependencia-do-brasil-para-a-china/>. Acesso em: 28.mai.2022

HE, Kai; FENG, Huiyun. If not soft balancing, then what? Reconsidering soft balancing and US policy toward China. **Security Studies**, v. 17, n. 2, p. 363-395, 2008.

HEYMANN, Monika CE. International law and the settlement of investment disputes relating to China. **Journal of International Economic Law**, v. 11, n. 3, p. 507-526, 2008.

HIRST M, DE LIMA S; M. REGINA, 'O Brasil como estado intermediário e poder regional: ação, escolha e responsabilidades' **Rev. Assuntos Internacionais**, 82, 1, 2006, pág. 21–24

HIRST, Mônica. **La intervención sudamericana en Haití** em M. Hirst (comp.): Crisis de estado e intervención internacional, Edhasa, Buenos Aires, 2009, pp. 29-72.

HOLANDA, F. M. B. **40 anos das Relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos**. Brasília: FUNAG, 2016, p.35-56.

HURRELL A, O Brasil de Lula: uma potência em ascensão, mas indo para onde? **Rev. Assuntos Internacionais**.2008, p. 51-57.

JUBRAN, Bruno Mariotto; LEÃES, Ricardo Fagundes; VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Texto nº 31. Porto Alegre, 2015.

KHANNA, Parag **The Future is Asian: Commerce, Conflict and Culture in the 21st Century**. Ed. Simon & Schuster, Nova York, USA, 2019

KISSINGER, Henry. **On China**. New York: Penguin Press, 2011. 586 p

KOHLI, Atul, **State-Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery**, Cambridge University Press, New York, 2004.

LEFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LAIHUI, Xie. BRI aims for high-quality development.2020. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202001/22/WS5e2790f6a3101282172729f4.html>. Acesso em 14.mar.2022.

LANTEIGNE, Mary. **Chinese Foreign Policy: An Introduction**, 3ª edição (Londres e Nova York: Routledge, 2016.

LIMA, Marcos Costa. **Brasil e China nas relações internacionais** [recurso eletrônico]: temas e debates. Recife : Ed. UFPE, 2021

LIMA, Sergio Eduardo Moreira (Ed.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.APA

LOPES, Dawisson Belém. De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's post-diplomatic foreign policy. **Global Affairs**, p. 1-18, 2020.

LOPES, Dawisson Belém. Octavio Amorim Neto-De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política***, p. 231-241, 2013.

LYRIO, Mauricio Carvalho e PONTES, Kassius Diniz da Silva. **Brasil e China, 40 anos de relações diplomáticas**. Análise e documentos. Brasília, 2016.

MATHIAS, Meire. **Para pensar a América Latina**: poder e hegemonia nas relações internacionais. Revista Espaço Acadêmico nº 175 – Dezembro/ 2015. Mensal

MAVROIDIS, PETROS C.; SAPIR, ANDRÉ. China e a OMC: **Por que o multilateralismo ainda é importante**. Imprensa da Universidade de Princeton. ISBN 978-0-691-20660-8, 2021

MAZZUOLI, Valerio Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 4 ed. Ver., atual. E ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2010

MESQUITA, Bárbara de C. M. **Atores da Política Externa do Governo Bolsonaro – Da Eleição em Outubro/2018 a Maio/2019**. Rio de Janeiro: SEMIc, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, L. **Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 35, n. 01, p. 11-41, 2013.

MINAMI, Kazushi. **Why did Mao Shake Hands with Nixon?** Good Americans, Bad Americans, and the US-China Rapprochement. 2022. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/why-did-mao-shake-hands-nixon-good-americans-bad-americans-and-us-china-rapprochement>. Acesso em: 1. abr.2022

MONTEIRO, Roberto Carvalho. Elementos da Cyber-Soberania na China: a censura do governo e seus efeitos na sociedade civil e no mercado global. 2018. 53 f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, **Centro Universitário de Brasília, Brasília**, 2018.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Da Indiferença ao Engajamento: a participação da China em operações de paz das Nações Unidas 1. **Carta Internacional**, V. 13, N. 1, P. 73-97, 2018.

MOREIRA JÚNIOR, Hermes Moreira. Política Externa Brasileira no início do século XXI: diversificação, realinhamento e dependência. **Revista Entre-Lugar**, v. 11, n. 21, p. 240-260, 2020.

NYE JR, Joseph S. **Soft power and American foreign policy**. Political science quarterly, v. 119, n. 2, p. 255-270, 2004.

OMC. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Adesões**: China. 2018. Disponível em: www.wto.org. Recuperado 2018-08-06. Acesso em: 31.mar.2022

PAYNE, M. **Humanistic Social Work: core principles in practice**. Chicago: Lyceum Books, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional. , v. 51, p. 136-156, 2008

PEYREFITTE, Alain. **Quando a China Despertar...** O Mundo Tremerá. Lisboa: Parceria, 1975

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola Puntigliano. **Going Global: An Organizational Study of Brazilian Foreign Policy**” em Revista Brasileira de Política Internacional vol. 51 Nº 1, 2008, pp. 28-52.

QINGMIN, Zhang. **New China's Diplomacy: Outstanding Achievements of Glorious Sixty Years**, 2009.

Rachman, Gideon. **Easternization: Asia's Rise and America's Decline from Obama to Trump and Beyond**. New York: Other Press, 2016.

REIS, Tiago. **Crise asiática de 1997: entenda como aconteceu a crise dos Tigres Asiáticos**. 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/crise-asiatica/>. Acesso em: 27.abr.2022

ROSENAU, James. **“Pre-Theories and Theories of Foreign Policy.”** In: FARRELL, Barry (ed). **Approaches in Comparative and International Politics**. Evanston: Northwestern Press, 1966.

SACHS, Goldman. Building better global economic BRICs. **Global Economics Paper**, v. 66, p. 1-15, 2001.

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, Leticia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: Trajetória, Desafios e Possibilidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 01, p. 40-59, 2013.

SALOMÓN, Mónica. **A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas**. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2011.

SANTORO, Maurício. China in Latin America in the 21st century. **Cuadernos Iberoamericanos** 8, no. 3 2020: 10-42. <https://doi.org/10.46272/2409-3416-2020-8-3-24-34>

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. **Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro**. Relações internacionais, Nº. 64, 2019, págs. 117-137

SMITH, Noah. **The Dark Side of Globalization: Why Seattle's 1999 Protesters Were Right**. 2014. Disponível em: heatlantic.com/business/archive/2014/01/the-dark-side-of-globalization-why-seattles-1999-protesters-were-right/282831/2014. Acesso em: 1. abril.2022

SNYDER, R., H. BRUCK, e B. SAPIN. “**La Génesis de las Decisiones como Enfoque del Estudio de la Política Internacional.**” In: HOFFMANN, Stanley (org.) *Teorías Contemporáneas sobre las Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos, 1963.

STUENKEL, Oliver. No Need to Fear a Post-Western World. **Global Affairs**, 2017. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/1077670.shtml>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

TAN, YELING. **Desagregando China: Estratégias de Estado na Ordem Econômica Liberal**. Imprensa da Universidade de Cornell. doi: 10.7591/j.ctv1bxh5p1. ISBN 978-1-5017-5963-5, 2021

VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo. Fundação. Perseu Abramo. 2003.

VIEIRA JUNIOR, P. A. ; BUAINAIN, Antonio Marcio; FIGUEIREDO, E. V. C. O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil? **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, p. 51-81, 2016.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. *Meridiano*, 47,20 e20011,2019

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. "A política externa de Lula da Silva: a autonomia pela diversificação". *Contexto Internacional*, 29 (2), 2007.

XIAOBO, Wang. Comentários sobre a Periodização da Política Externa da China. **Jornal da Universidade Yanbian - Ciências Sociais**. Vol. 43, nº 6, pp. 69-74, 2016.

YANG, Philip. O que o Brasil quer da China. **Rev. Valor Econômico**. 2020

ZHONGYING, Pang. Cinquenta Anos de Diplomacia da China: Mudanças e Tendências. **Revisão Econômica Internacional** , No. 3, pp. 33-5, 2008